

**Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação**

Camila Barbosa

**OS ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA MENTAL DA *REVISTA
BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL* NO PERÍODO DE
1992 A 2003**

**Campinas
2007**

**Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação**

Camila Barbosa

**OS ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA MENTAL DA *REVISTA
BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL* NO PERÍODO DE
1992 A 2003**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação da
UNICAMP para obtenção da graduação
em Pedagogia, sob a orientação da Prof^a
Dr^a Ângela Fátima Soligo.

**Campinas
2007**

*Dedico este trabalho aos meus
queridos pais, Adão e Bete, e à
minha querida irmã, Milena.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, pela oportunidade desta vivência nesta trajetória, agradeço à Deus!

Sou carinhosamente e respeitosamente grata aos meus queridos pais, Adão e Bete, os quais, através do amor, apoio, trabalho e dedicação, ajudaram-me no ingresso à Unicamp e no transcorrer dos estudos durante esses quatro anos de grandes aprendizagens nesta Universidade Pública!

Também agradeço à minha querida irmã, Milena, pelas conversas amigas e aflições compartilhadas nas últimas etapas vivenciadas no curso de Pedagogia!

À minha orientadora, prof^a Ângela F. Soligo, que, desde a problemática de pesquisa à conclusão deste trabalho, acreditou no meu interesse e capacidade em pesquisar a deficiência mental! À prof^a Dirce Zan, a qual, na condição de 2^a leitora desta pesquisa, levantou considerações importantes à escrita e divulgação do trabalho em questão!

Às amigas da tarde e da noite, que proporcionaram tantos momentos alegres nesta faculdade, agradeço pela amizade, pela troca de experiências e de vivências. Deixarão saudades e lembranças muito felizes...

A todos que, de qualquer maneira, contribuíram para a minha formação em Pedagogia! Sou grata por tudo...

***Camila
Dezembro/2007***

RESUMO

A presente investigação “Os estudos sobre a deficiência mental da *Revista Brasileira de Educação Especial* no período de 1992 a 2003” configura-se como um estudo bibliográfico, no qual se objetiva a verificação e análise das pesquisas divulgadas no periódico científico mencionado que trataram a temática da deficiência mental para o período da década de 90 e início do século XXI.

Quanto aos procedimentos metodológicos, destacaram-se o levantamento quantitativo e qualitativo. O primeiro possibilitou a identificação de 16 textos sobre a deficiência mental, dos quais 9 artigos, do tipo relatos de pesquisa, foram privilegiados na presente análise. Também se verificou, principalmente, a existência de 8 pesquisas sobre estudos de caso e uma pesquisa histórica. Com relação aos temas dessas investigações, constatou-se a questão da alfabetização, da sexualidade, da integração e das concepções, todas elas voltadas à deficiência mental, evidentemente.

A análise de conteúdo dos artigos científicos foi realizada conforme os seguintes aspectos: problemática de pesquisa, metodologia e resultados. No que tange aos resultados deste trabalho, a análise dos artigos permitiu identificar que a grande maioria dos estudos divulgados localizou os sujeitos participantes nas instituições de educação especial. Dessa forma, verificou-se a inexistência de estudos sobre a inclusão da pessoa com deficiência mental nas classes regulares da rede de ensino oficial.

Por fim, este Trabalho de Conclusão de Curso permitiu a divulgação e discussão a respeito dos artigos sobre deficiência mental, diante das contribuições teóricas que afirmaram o evento dessa “excepcionalidade” enquanto construção histórica e social.

Palavras-chaves: deficiência mental, *Revista Brasileira de Educação Especial*, educação especial.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	01
DA PROPOSTA INVESTIGATIVA ÀS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS	
CAPÍTULO II	16
OS ESTUDOS DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	
CAPÍTULO III	27
CONCEPÇÕES SOBRE A DEFICIÊNCIA MENTAL - ESTUDO HISTÓRICO E ESTUDO DE CASO	
CAPÍTULO IV	38
A INTEGRAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL	
CAPÍTULO V	50
ALFABETIZAÇÃO E DEFICIÊNCIA MENTAL - AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOGÊNESE DA ESCRITA	
CAPÍTULO VI	59
OS ESTUDOS DA SEXUALIDADE	
CAPÍTULO VII	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

CAPÍTULO I: DA PROPOSTA INVESTIGATIVA ÀS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

Neste capítulo introdutório, realizar-se-á a exposição do desenvolvimento metodológico do problema de investigação, como também a discussão das contribuições teóricas privilegiadas à introdução ao estudo da deficiência mental no referente Trabalho de Conclusão de Curso: “Os estudos sobre a deficiência mental da *Revista Brasileira de Educação Especial* no período de 1992 a 2003”.

Da prática cotidiana da pesquisadora com a educação das crianças com diagnóstico de deficiência mental numa instituição de atendimento educacional especializado, durante o ano de 2006, na cidade de Jundiaí-SP, emergiram questões referentes à deficiência mental.

Além disso, em função das exigências de desenvolvimento de uma pesquisa para a conquista da formação da graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação – Unicamp, deu-se a formulação da seguinte problemática de investigação: como as publicações científicas da *Revista Brasileira de Educação Especial* investigaram a deficiência mental, no período de 1992 a 2003?

O acervo da biblioteca da Faculdade de Educação – Unicamp possibilitou o encontro com os periódicos da *Revista Brasileira de Educação Especial* (RBEE).

Assim, frente à possibilidade de reunir no presente estudo as publicações científicas da RBEE referentes à pesquisa sobre a deficiência mental, como também contribuir, ainda que timidamente, à pesquisa realizada sobre tal “excepcionalidade”, delimitaram-se encaminhamentos metodológicos diante do problema de investigação postos a seguir.

Os periódicos da *Revista Brasileira de Educação Especial* encontrados totalizaram o número de seis revistas, no período de 1992 a 2003, disponibilizadas

no acervo da biblioteca da Faculdade de Educação – Unicamp, no acesso de 21 de maio de 2007.

Quadro 1 - As publicações da RBEE, para o período de 1992 a 2003

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL		
VOLUME	ANO	NÚMERO
1	1992	1
1	1994	2
2	1995	3
2	1996	4
3	1999	5
9	2003	2

Assim, como início ao desenvolvimento da pesquisa em questão, priorizou-se, para verificação dos estudos a respeito da deficiência mental na RBEE, a realização de um levantamento quantitativo sobre a prevalência ou não dos assuntos dos artigos relacionados à educação especial, tendo em vista o destaque para os objetos de estudo, ou seja, os artigos relacionados à deficiência mental. Assim, formaram-se grupos dos assuntos mais destacados.

Quadro 2 – Amostragem dos assuntos da RBEE, para o período de 1992 a 2003

Assuntos	Nº de artigos (quantidade)
Formação de professores (na relação com a educação especial)	5
Síndrome de Down	4
Deficiência visual	3
Deficiência auditiva	6
Deficiência (no geral; quando não há especificidade quanto à deficiência)	9
Educação inclusiva/ Integração	4
Educação especial	13
Deficiência mental	16
Outros (textos que não possibilitaram agrupamentos por assunto)	12

Como explícito no *Quadro 2*, totalizaram-se dezesseis textos relacionados à deficiência mental, tendo em vista que tal assunto prevalece quantitativamente maior com relação aos outros assuntos especificados.

A partir dessa coleta de dados quantitativos, foram selecionados os estudos sobre a deficiência mental que relatassem processos de pesquisa, diante dos objetivos de conhecer, analisar e comparar tais estudos no período de 1992 a 2003, de acordo com as temáticas por eles abordadas.

Logo, foram identificados onze artigos cuja proposta discutira pesquisas sobre a deficiência mental, dos quais nove foram selecionados para análise no presente estudo, em função dos temas investigados por eles na relação com a deficiência mental.

Quadro 3: Artigos referentes a relatos de pesquisa da RBEE, para período de 1992 a 2003

TÍTULO	AUTOR	DATA
<i>Alfabetização e deficiência mental</i>	Sahda Marta Ide	Semestral/1992, v.1, n.1
<i>Oficina abrigada e a “integração” do “deficiente mental”</i>	Gilberta Sampaio de Martino Jannuzzi	Semestral/1992, v.1, n.1
<i>A sexualidade da pessoa com deficiência mental</i>	Rosana Glat	Semestral/1992, v.1, n.1
<i>A representação da deficiência mental numa perspectiva histórica</i>	Maria de Lourdes Perioto Guhur	Semestral/1994, v.1, n.2
<i>Adolescentes com deficiência mental: teorias sexuais</i>	Cleonice Carolina Reche	Semestral/1995, v.2, n.3
<i>Identificando concepções relacionadas à prática com o deficiente mental</i>	Elizabeth Tunes, Jaci Augusta de Souza, Roberta Bevilaqua Rangel	Semestral/1996, v.2, n.4
<i>A interpretação da escrita pela criança portadora de deficiência intelectual</i>	Rita Vieira de Figueiredo Boneti	Semestral/1999, v.3, n.5
<i>Deficiência mental e integração social: o papel mediador da mãe</i>	Miguel C. M. Chacon	Semestral/1999, v.3, n.5
<i>A atuação do professor diante das manifestações da sexualidade nos alunos portadores de deficiência mental</i>	Marcos Ribeiro de Melo, Maria Stela de Araújo de Albuquerque Bergo	Julho, dezembro/2003, v.9, n.2

Os nove artigos privilegiados para o referente Trabalho de Conclusão de Curso foram analisados qualitativamente em função da identificação dos seguintes quesitos: problemática de pesquisa (problema, hipótese e objetivos), metodologia (sujeitos, estratégias e instrumentos) e resultados, por publicação de periódico.

Os temas verificados em tais estudos (*Quadro 3*) foram: representações/concepções, integração, alfabetização e sexualidade, relativos à pesquisa sobre a deficiência mental. Portanto, a construção dos capítulos seguintes se orientou a partir da localização dos quesitos explicitados e dos temas priorizados nos estudos em questão.

Por tais colocações postas, o conhecimento, a análise e a comparação dos nove estudos da RBEE privilegiados neste trabalho pretendem possibilitar a reunião dos estudos sobre a deficiência mental da RBEE, identificando formas de investigação e de discussão sobre tal temática na década de 1990 e no início do século XXI, bem como divulgar a relevância da pesquisa científica sobre a deficiência mental.

Além disso, tendo em vista a emergência da rede de ensino oficial brasileira ao cumprimento legal da inclusão da pessoa com deficiência às classes regulares, como promulgado na Constituição Federal de 1988¹, a presente investigação sugere também contribuir à construção dos conhecimentos referentes à deficiência mental, possibilitando outros olhares, sob um ponto de vista mais crítico, com relação a tal “excepcionalidade”.

No tocante ao quadro teórico relativo aos estudos sobre a deficiência mental, observa-se que as contribuições teóricas privilegiadas à interlocução ao presente estudo são, de certo modo, consensuais quanto à análise da deficiência mental a partir do contexto de ocorrência da mesma.

¹ O documento do Ministério Público Federal “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, de acordo com os pareceres legais da Constituição Federal de 1988, identifica que “toda escola, assim reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela” (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004, p. 6).

Sejam nos aspectos históricos, sociais ou culturais, a literatura destacada ao desenvolvimento deste capítulo introdutório afirma a relação entre deficiência mental e o contexto pelo qual ela está inserida.

De acordo com Bueno (1997), ao discutir a identidade social do anormal como uma construção histórica, diante das relações estabelecidas pelo homem na relação com o meio e grupo social, afirma que, de algum modo, em diferentes momentos e espaços do transcorrer das civilizações,

o meio social identificou, por algum critério, indivíduos que possuíam alguma(s) característica(s) que não fazia(m) parte daquelas que se encontravam entre a maior parte dos membros desse mesmo meio – não pela simples presença de uma diferença, mas pelas conseqüências que tais diferenças acarretavam às possibilidades de participação desse sujeito na construção coletiva de sobrevivência e reprodução de diferentes agrupamentos sociais em diferentes momentos históricos (BUENO, 1997, p. 163).

Em outras palavras, as “anormalidades” ou “diferenças mais acentuadas” emergem frente a um grupo social, diante de condições históricas, em razão das possibilidades ou não dos indivíduos identificados como anormais de se sujeitarem às formas de produção de sobrevivência esperadas, visando à manutenção das práticas coletivas do meio social.

Aproximando-se à discussão apontada, o estudo de Omote (1994), ao enfatizar a construção social da deficiência, destaca que a identificação do “diferente estigmatizado” ocorre no cenário das relações sociais, que confirma a distinção de um e a normalidade do outro.

Nenhuma diferença é, em si mesma, vantajosa ou desvantajosa do ponto de vista psicossocial. A mesma característica pode ter sentido de vantagem ou de desvantagem dependendo de quem é o portador ou o ator e de quem são seus ‘outros’, isto é, a sua audiência, assim como de outros fatores circunstanciais definidos pelo contexto no qual ocorre o encontro (OMOTE, 1994, p. 66).

Então, pode-se afirmar que a verificação das características desvantajosas que alguns indivíduos possuem diante das características “normais” dos outros

membros de um grupo social, os possuidores das características vantajosas, também depende da maneira como o grupo social interpreta as diferenças como caráter desvantajoso. Ainda para o autor em questão, faz-se necessário incluir as impressões do grupo social a respeito do que define alguém como deficiente ou não-deficiente. Assim, Omote (1994) enfatiza que

É necessário, portanto, investigar as cognições sociais que as pessoas mantêm acerca das categorias definidas de pessoas deficientes para compreender a construção social de deficiências e não-deficiências (OMOTE, 1994, p. 71).

Portanto, seja no âmbito da produção histórica coletiva, seja no âmbito das cognições sociais que definem as pessoas deficientes e não-deficientes, conclui-se que a identificação do “anormal” dá-se em razão do contexto de inserção da produção da anormalidade, como também da normalidade, diante das relações estabelecidas entre o grupo/meio social.

No tocante à deficiência mental, reiterando a construção histórica e social da identificação da anormalidade, Bueno (1997) considera que a caracterização da deficiência mental, tal como é vista atualmente, construiu-se historicamente em função das novas exigências intelectuais necessárias à racionalidade industrial. Nos dizeres do autor em questão,

a deficiência mental, tal como a conhecemos hoje, não apenas só passou a ser identificada a partir do final do século XVIII, como foi construída na trajetória histórica de determinadas formações sociais que, gradativamente, foram exigindo determinadas formas de produtividade intelectual, as quais culminaram na caracterização de um determinado tipo de indivíduos – os deficientes mentais – que não conseguiam, em relação a essas exigências do meio (produtividade intelectual), se construir como normativos (BUENO, 1997, p. 168).

Por isso, afirma-se, diante da discussão de Bueno (1997), que as deficiências não identificáveis nas diferentes formações sociais, em tempos e espaços diversos, assim persistiram ou persistem uma vez que a “as relações sociais estabelecidas não a requerem” (p. 168).

O estudo de Jannuzzi (1985), ao investigar a educação da pessoa com deficiência mental no Brasil para o período de 1874 a 1985, frente ao contexto sócio-econômico-político vigente à época, afirma que o trabalho pedagógico voltado às pessoas com deficiência mental surge a partir do momento em que a complexificação da sociedade passa a exigí-lo. Com isso, a autora enfatiza que

a própria deficiência estava situação historicamente, isto é, trazia as marcas das expectativas sociais, do modelo de homem baseado principalmente em atributos valorizados pelas relações sociais surgidas num determinado modo de produção (JANNUZZI, 1985, p. 13).

Assim, as afirmações de Jannuzzi (1985) corroboram às discussões de Bueno (1997) e de Omote (1994), de certo modo, ao enfatizar também o papel das relações sociais estabelecidas quanto à identificação da deficiência, diante de uma audiência - um grupo social, dadas as formas de manutenção das coletividades ou modos de produção.

Por conseguinte, a autora identifica que os padrões escolares vigentes ao período de estudo (1874 – 1935) definiram conceituações de deficiência mental, enraizadas das expectativas sociais do determinado contexto. Em seus dizeres, “expectativas enraizadas em padrões escolares que correspondiam mais à manutenção da situação, da não-desestabilização da ordem vigente” (JANNUZZI, 1985, p. 99).

Sugere-se, então, que as relações estabelecidas em âmbito escolar conformaram a identificação da deficiência mental em alguns, diante de um grupo em que se asseguravam as exigências do modelo de homem, isto é, as exigências dos padrões “normais”.

Ainda segundo a autora, a constatação por parte dos pedagogos da época com relação aos comportamentos que divergiam das normas sociais e dos padrões

escolares fez com que muitas crianças fossem constituídas como deficientes mentais.

Frente à explicitação destes autores, reitera-se que a definição, a identificação e a constituição da deficiência mental em alguns membros diante de um coletivo “comum” - no sentido de estar em concordância para com os padrões sociais “normais”, dadas as exigências de uma época, demonstram a construção histórica e social da deficiência mental, frente a um respectivo contexto, como posto nas referências em questão.

Não obstante, Pessotti (1984), para além de considerações históricas e sociais no tocante ao estudo da deficiência mental e aos seus modos de constituição no decorrer das épocas, enfatiza a evolução dos saberes médicos, como constituinte aos modos de identificação da deficiência mental, no transcorrer das sociedades. Dessa maneira, nos dizeres de Pessotti,

progressista ou reacionária, a doutrina ou teoria da deficiência mental se constrói inteiramente dentro do saber médico, ao sabor dos fatores sócio-culturais e históricos que regem a evolução desse saber. Dentre esses fatores é relevante mencionar o prestígio do “facultativo” na cultura, a etiologia orgânica de muitas formas de deficiência e o comprometimento de atividades corporais em muitos casos de oligofrenia. Sim, toda a conjuntura histórica determina essa evolução na conceituação de deficiência mental, mas essa determinação se exerce através da evolução da medicina. Os três grandes inovadores da pedagogia para a deficiência – Itard, Seguin e Montessori – foram médicos; e o fluxo das idéias essencialmente pedagógicas é saltatório: não há um progresso contínuo de evolução-involução como ocorre com a teoria (PESSOTTI, 1984, p. 182).

As conclusões de Pessotti (1984) trazem uma outra perspectiva diante os estudos relativos à deficiência mental já aqui abordados, uma vez que o autor afirma a ênfase da evolução dos saberes médicos à constituição e identificação da deficiência mental, mas também, não desconsidera os fatores históricos e sócio-culturais mobilizadores à evolução do saber médico.

No entanto, dentre as relações estabelecidas pela discussão de Pessotti (1984) ao dar ênfase ao saber científico enquanto constituinte da identificação da deficiência mental, há a afirmação de que

(...) a deficiência mental chega ao século XX com etiologia orgânica nervosa, diagnóstico clínico e estatístico, sintomatologia heterogênea com predominância formológica e anatômica, embora incluindo distúrbios de funções digestivas, genitais e mentais (PESSOTTI, 1984, p.172).

A citação anterior revela certa prevalência dos determinantes dos saberes médicos, em detrimento dos aspectos históricos e sociais, no tocante à análise da deficiência mental; mas também se verifica que, ao se reportar ao âmbito da organização sócio-cultural do século XX, o autor considera que

a organização sócio-cultural, por conseqüência, assegura tratamentos diferenciados: abandono, confinamento com ensino de trabalhos ou "seqüestração", ou volta ao hospício, conforme a categoria oligofrênico e o correspondente risco para a ordem social ou o equilíbrio familiar (PESSOTTI, 1984, p. 172).

Então, de certo modo, o autor em questão localiza aspectos sociais e históricos quanto à ação da organização sócio-cultural na relação com a deficiência mental, ao pontuar o caráter segregacionista/excludente da postura dessa organização ao propor e realizar o isolamento dos membros da conjuntura social considerados deficientes, em razão do risco à manutenção da ordem vigente.

Mesmo assim, na preocupação de Pessotti (1984), não há a predominância do caráter das implicações históricas e das relações sociais no tocante à verificação da deficiência mental, mas sim dos eventos de evolução dos saberes médicos como determinantes à conceituação da deficiência mental, que possuem marcas dos fatores históricos e culturais da produção desses saberes.

A investigação de Nohama (2002), que propõe a análise da educação especial na década de 1930, aponta as idéias de homogeneização e de segregação identificadas nos artigos da *Revista Pedagógica* da época, quanto à educação da

pessoa com deficiência. Assim, ao apontar os saberes da Psicologia, vigentes ao contexto de 1930, como conformadores às exigências sociais (e escolares) da época, Nohama enfatiza que,

nesse contexto, a análise dos artigos permite observar que eram considerados “anormais” ou deficientes aqueles que não se enquadravam dentro de um padrão de normalidade estabelecido pela sociedade/escola da época, ou seja, que não tinham características do “bom escolar” e que conseqüentemente não seriam bons trabalhadores. A seleção dos “anormais” tinha como preocupação manter a ordem social vigente, uma vez que esses perturbavam e ameaçavam a segurança da sociedade (NOHAMA, 2002, p. 11).

Tais colocações desta autora enfatizam que o contexto de inserção da deficiência ou anormalidade identifica formas de atuação dos segmentos sociais, como a instituição escolar.

Assim, observam-se as determinações sociais vigentes na escola, ao selecionar, constatar, identificar os “anormais” diante dos “normais”, isto é, aqueles cujos comportamentos reiteravam a manutenção da ordem vigente, os que seriam futuros “bons trabalhadores” em razão do “bom escolar”, como a autora coloca.

As contribuições de Guhur (1994) apontam a trajetória da representação da deficiência mental diante de uma perspectiva histórica ao identificar os determinantes dessa “excepcionalidade” nas sociedades Primitiva, Antiga, Feudal e Feudal-Capitalista.

A autora explicita que, diante do processo histórico do avanço de formas de apropriação dos elementos da natureza pelo homem através de sua força de trabalho, modificando-as, aquilo que determina a condição de deficiência mental, bem como as formas de representações dos sujeitos qualificados sob tal condição, só podem ser coerentemente entendidas diante dos determinantes da realidade e da sua representação na relação com os modos de produção vigentes numa dada época.

Em outras palavras, na explicação de Guhur (1994):

Considerando, pois, que em cada momento histórico o trabalho é o critério que define o que de especificamente humano o homem tem, e que portanto, em cada um destes momentos o indivíduo será deficiente/não-deficiente segundo a sua força produtiva, segue-se que os determinantes da Deficiência Mental e a representação do sujeito dessa condição – sujeito histórico, independentemente de suas determinações particulares – só podem ser coerentemente analisados nos determinantes da realidade e da representação de realidade, dados pelo quadro teórico dos modos de produção (GUHUR, 1994, p.76).

É evidente, então, que a constituição da deficiência mental se dá, no decorrer dos tempos, em razão do contexto de inserção da mesma. Para a autora em questão, significa que o contexto da deficiência mental é o contexto histórico dos modos de produção e das forças de produção vigentes numa dada época, identificando o lugar do homem nas relações de trabalho.

Assim, Guhur (1994) verifica que, nas sociedades primitivas, em função das condições de vida rudes, como a dependência dos elementos naturais e a limitação dos recursos materiais, tais sociedades pressupunham, para a manutenção da sobrevivência de suas comunidades, a existência de plena capacidade física, força e participação das atividades coletivas do homem.

Velhos, doentes, crianças malformadas, ou ainda aqueles que viessem a se tornar incapazes para a forma de trabalho primitivo, provavelmente eram eliminados. Além do mais, a crença do pensamento peculiar dos povos primitivos atribuía a eventos da natureza a causa das incapacidades que acometiam os membros desses povos.

No surgimento das sociedades antigas, a autora aponta que a prática do extermínio aos “deficientes” dava-se, à priori, em função do mítico-religioso. Assim, por meio do relato dos mitos e epopéias, os deuses determinavam as condições de vida e de relacionamento entre os homens.

O modelo de homem esperado era o do ideal guerreiro, caracterizado pela força física, destreza, sagacidade, etc.. Além disso, as práticas de exclusão, abandono e extermínio, eram legitimadas sob a forma de leis, como em Esparta e Roma, e conformadas nas idéias de Platão² e Aristóteles³. Em suma, nos dizeres de Guhur(1994),

(...) se ainda em Homero a relação dos homens entre si e destes com a natureza expressava o submetimento do mundo e de seus elementos ao poder dos deuses, já com o surgimento da pólis (século. VII a.C), isto é, de uma nova forma de organização econômica de social (ligada ao aparecimento da propriedade privada, das trocas, da cristalização da divisão do trabalho, consolidação das classes e o surgimento das primeiras formas de Estado) esta relação passa a ser explicada como determinada pelos homens que criaram as leis (GUHUR, 1994, p. 78).

No entanto, já no Feudalismo, com a mudança de visão de homem e de mundo fundadas no Cristianismo, as práticas de exclusão dos “incapazes”, seja na forma de extermínio ou abandono, são alteradas e até mesmo abandonadas.

Como a existência do homem feudal possui um fim divino, valorizando-se as coisas da alma em detrimento das do corpo, as crianças frágeis, malformadas e deficientes eram iguais às outras pessoas no sentido da destinação à imortalidade cristã e eram fruto da providência divina, assim como todas as outras coisas.

Pontua-se também que tais crianças, quando sobreviviam, tornavam-se instrumento da caridade - assim como os miseráveis, os loucos e os doentes também o eram - o que, à concepção da época, tornava mais curto o caminho da salvação dos homens, como discute a referente autora.

Em contrapartida, no período de transição feudal-capitalista, Guhur (1994) identifica que o critério de norma e valor passa a ser natural, em função das mudanças de ordem social, econômica e política. Para legitimar as novas relações de produção instauradas (proprietário/trabalhador, comprador/vendedor,

² PLATÃO. “A República”. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1973.

produtor/consumidor) e o avanço das forças produtivas, a concepção que interpreta os eventos sociais, bem como o homem, afirma a existência de uma lógica própria a tais eventos.

Tem-se, então, que as deficiências ou as incapacidades encontram sentido de ser através de leis naturais, como analisa a autora, ao se reportar às considerações de Locke⁴.

Portanto, os homens que não exerciam as leis naturais, que pressupunham, à época, à destinação ao trabalho manufaturado, eram excluídos da sociedade por meio da internação sob a tutela estatal.

Pontua-se, nesse contexto, a representação da deficiência mental enquanto carga e ameaça em razão do não-enquadramento das pessoas nessa condição às leis naturais previstas ao homem da sociedade de transição. Portanto, em resumo, a autora enfatiza que

(...) há uma ruptura também no que se refere às formas anteriores de se representar a Deficiência Mental. As leituras ideológicas desta condição, seja as fundadas no misticismo, na magia, na superstição, ou ainda na visão teológica medieval cristã passam a ser substituídas por outra: a de que o comportamento dos homens, suas capacidades, incapacidades ou deficiências são determinadas por princípios e leis naturais (GUHUR, 1994, p. 81).

Por consequência, retomando a interpretação de Bueno (1997), acrescenta-se que , a constituição da deficiência mental, já no século XVIII, trazia marcas das exigências da “produtividade intelectual” em função organização da sociedade capitalista.

Guhur (1994) finaliza que o indivíduo com deficiência mental será representado na sociedade como o “não-ser”, uma vez que, excluído do exercício

³ ARISTÓTELES. “Política”. Brasília: UNB, 1985.

⁴ LOCKE, J. “O Segundo tratado sobre o governo civil”. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p.31-118 (Coleção “Os Pensadores”).

das forças produtivas, ele não é proprietário, trabalhador, comprador, vendedor ou produtor, tendo sua condição destinada apenas ao consumo.

Dessa forma, afirma-se a determinação de sua função no avanço do trabalho capitalista em razão das capacidades do não-deficiente, o que coloca o deficiente mental como dependente do outro. Enfim, “é esta posição que ele ocupa nas relações de produção, nas relações sociais e na sociedade como um todo” (GUHUR, 1994, p. 83).

Assim, diante das exposições teóricas destacadas ao referente Capítulo I, em que se verificou a relação entre a deficiência mental e os contextos de sua inserção, identificando as aproximações teóricas dos autores postos em questão, propor-se-á, no próximo capítulo “Os estudos da *Revista Brasileira de Educação Especial*”, a discussão sobre os dados gerais dos estudos sobre a deficiência mental (*Quadro 3*), permitindo a identificação dos tipos e procedimentos de pesquisa, além da caracterização dos sujeitos investigados.

Os capítulos III, IV, V e VI realizarão a explicitação dos estudos da RBEE a partir dos enfoques temáticos já mencionados.

Tais capítulos organizaram-se da seguinte maneira: “Concepções sobre a deficiência mental - estudo histórico e estudo de caso” (Capítulo III), “A integração da pessoa com deficiência mental” (Capítulo IV), “Alfabetização e deficiência mental - as contribuições da psicogênese da escrita” (Capítulo V) e “Os estudos da sexualidade” (Capítulo VI). Por último, o Capítulo VII explicitará as considerações finais do presente Trabalho de Conclusão de Curso.

CAPÍTULO II: OS ESTUDOS DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Este segundo capítulo identificará alguns aspectos referentes às publicações dos periódicos encontrados da *Revista Brasileira de Educação Especial* (RBEE) para o período de 1992 a 2003, segundo os dizeres do *conselho editorial* dessas publicações, como também os dados gerais dos estudos sobre a deficiência mental, ressaltando os tipos de intervenção investigativa, a caracterização dos sujeitos participantes e os procedimentos de pesquisa mais utilizados.

A *Revista Brasileira de Educação Especial* (RBEE) surge em 1992 em função da necessidade da divulgação da produção científica em educação especial, destacando a especificidade desse campo de conhecimento. De acordo com os dizeres do *conselho editorial*, no contexto de publicação do primeiro periódico da RBEE:

A REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL pretende constituir-se em um destes espaços, visando servir como um veículo para a integração entre pesquisadores, profissionais e professores das diversas áreas específicas e da comunidade em geral. Em síntese, ela se propõe a dar suporte ao intercâmbio técnico-científico no campo da Educação Especial e áreas afins, uma vez que presenciamos hoje, em nosso país, uma necessidade premente de reflexão séria e de conjunto sobre as perspectivas da Educação Especial como um todo (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1992, p. 6).

Mas também, diante do objetivo de divulgar a produção científica em educação especial, enfatiza-se a intenção vigente à época da constituição de uma entidade de representação do trabalho científico em educação especial, a Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPESP).

A publicação do número 2 (1994) da RBEE reitera a proposta de divulgação dos saberes científicos à comunidade relativos ao campo da educação especial já

com a perspectiva de um suporte institucional da fundada Associação de Pesquisadores em Educação Especial (APEE).

Por conseguinte, no segundo volume da RBEE, publicado em 1995, explicita-se o vínculo do periódico à Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial⁵ (ABPEE), como uma das finalidades da ABPEE de fornecer suporte às publicações científicas da área em questão.

No contexto de publicação em 1999, o *conselho editorial* da RBEE (volume 3, número 5), afirma:

Vivemos uma conjuntura de importantes reformas da Educação brasileira e de necessárias investigações e reflexões na área de Educação Especial. Assim, a perspectiva de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no sistema regular de ensino tem colocado uma série de desafios no campo das políticas educacionais e na produção do conhecimento relevante para a garantia do acesso desses alunos a uma trajetória educacional significativa (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1999, p. 3).

Diante da perspectiva da produção de conhecimentos relativos às exigências da conjuntura educacional ao final da década de 90, enfatizando a necessidade de investigações referentes à inclusão da pessoa com deficiência à rede de ensino regular, como considera a citação anterior, o volume 9, número 2, publicado em 2003 reitera a divulgação de artigos científicos sobre a inclusão.

No mencionado periódico, dos cinco artigos que relatam pesquisas, três relatam pesquisas sobre a inclusão, como explicitado pelo *conselho editorial*: “o primeiro nos mostra o que a comunidade quer saber sobre a inclusão”, “o segundo artigo nos apresenta um estudo realizado em Fortaleza sobre o tema Educação Física e Deficiência Auditiva” e “o terceiro relato de pesquisa também aborda o tema

⁵ A autora Denari explicita que “a Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial é uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos e tem por finalidades: congregar pesquisadores da área de Educação Especial e ciências afins; promover e apoiar o aperfeiçoamento técnico através da assessoria a centros especializados, universidades e órgãos públicos e dar suporte a publicações científicas. Neste sentido, a ABPEE é responsável pela editoração, publicação

Educação Física e Inclusão (...)” (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2003, p. 132).

Pelas considerações postas à ênfase dos aspectos principais da RBEE, considera-se, então, a importância da divulgação dos saberes científicos da educação especial, considerando as exigências do contexto de produção desses saberes, nas publicações dos periódicos da RBEE, para o período de 1992 a 2003.

Por sua vez, salienta-se no referente Trabalho de Conclusão de Curso o destaque à divulgação da produção dos saberes científicos referentes à deficiência mental, por meio, inclusive, da divulgação e discussão dos artigos científicos da RBEE sobre tal “excepcionalidade”.

Como explicitado no primeiro capítulo, constatou-se a totalidade de 6 periódicos verificados no acervo da biblioteca da Faculdade de Educação – Unicamp (*Quadro 1*, p. 2).

Nestas revistas científicas, foram privilegiados para conhecimento, análise e comparação 9 artigos científicos que relatassem processos de investigação sobre a deficiência mental (*Quadro 3*, p. 4), dos quais se constatou somente uma pesquisa histórica (GUHUR, 1994) e 8 pesquisas de estudos de caso (IDE, 1992; JANNUZZI, 1992; GLAT, 1992; RECHE, 1995; TUNES, SOUZA E RANGEL, 1996; BONETI, 1999; CHACON, 1999; MELO E BERGO, 2003). Para os 8 estudos de caso, houve a participação de sujeitos com deficiência mental ou sujeitos não-deficientes mentais.

No tocante à caracterização da amostragem dos sujeitos dos 8 estudos de caso, identificou-se 5 artigos científicos com amostragem de participantes com deficiência mental (JANNUZZI, 1992; IDE, 1992; GLAT, 1992; RECHE, 1995; BONETI, 1999), ao passo que, foram constatados 3 estudos com a participação não-

e distribuição da Revista Brasileira de Educação Especial, fruto da necessidade de fazer circular informações de caráter científico em Educação Especial” (DENARI, 2003, p. 133).

deficientes mentais (TUNES, SOUZA E RANGEL, 1996; CHACON, 1999; MELO E BERGO, 2003).

Nota-se, de certo modo, a preferência pela divulgação dos artigos científicos em que se propôs a pesquisa através dos sujeitos com deficiência mental, o que permite, sem dúvida, estudar a deficiência mental a partir do sujeito nessa condição.

No entanto, considera-se também a relevância das pesquisas que estudam a deficiência mental a partir dos sujeitos não-deficientes mentais, uma vez que, como constatado nos dados em questão, a amostragem de participantes não-deficientes mentais explicitam o vínculo dos mesmos com as pessoas com deficiência mental através da profissão, ligada à educação especial, ou da família, mais especificamente as mães de crianças com deficiência mental, no caso do artigo científico de Chacon (1999).

Dos 8 estudos de caso identificados, verificou-se que 7 artigos científicos relataram a quantidade de participantes nos estudos, sendo assim, o estudo de caso de Ide (1992) não explicitara o total de sujeitos participantes na pesquisa. No geral, totalizaram-se 161 participantes, dos quais 128 eram participantes com deficiência mental e 33 eram participantes não-deficientes mentais.

Dos 7 estudos de caso que explicitaram a quantidade de participantes das pesquisas, 6 artigos científicos relataram o sexo dos participantes. O estudo de Boneti (1999) não explicitara o sexo das 15 crianças com deficiência mental investigadas.

No geral, constataram-se 85 participantes do sexo feminino e 61 participantes do sexo masculino. Foram identificadas 33 participantes do sexo feminino não-deficientes mentais e 52 participantes do sexo feminino com deficiência mental.

Contudo, não houve a participação de sujeitos do sexo masculino não-deficientes mentais, ao passo que, foram constatados 61 participantes do sexo masculino com deficiência mental nos estudos de caso em questão. Importante ressaltar que o mencionado estudo de Ide (1992) também não explicitou o sexo dos participantes, mas relata a participação de sujeitos de ambos os sexos à pesquisa.

Pode-se sugerir que a não existência de participantes não-deficientes mentais do sexo masculino nos 3 estudos de caso (TUNES, SOUZA E RANGEL, 1996; CHACON, 1999; MELO E BERGO, 2003) seja atribuída ao fato de que tais pesquisas, nas quais houve a participação de sujeitos não-deficientes mentais, priorizaram a escolha de participantes nos espaços de educação e no espaço familiar.

Apenas o estudo de Chacon (1999) priorizou a amostragem de participantes do sexo feminino ao estudar 12 mães de crianças com deficiência mental.

Não obstante, o fato das amostragens dos outros artigos científicos (TUNES, SOUZA E RANGEL, 1996; MELO E BERGO, 2003) explicitarem uma amostragem feminina de participantes, o sexo dos sujeitos destas pesquisas não se confirmou como um pré-requisito à participação dos estudos.

Pontua-se que, então, o fato dos sujeitos do sexo feminino predominarem geralmente nos espaços de educação em detrimento dos do sexo masculino implica numa configuração de amostragens de sujeitos nas pesquisas com predominância feminina, ao priorizarem os espaços de educação para a localização dos participantes.

O artigo científico de Tunes, Souza e Rangel (1996) identificara que as participantes do estudo eram profissionais da rede de ensino oficial de Brasília, relacionadas ao trabalho com educação especial. Já o estudo de Melo e Bergo

(2003) localizou as 15 participantes da investigação na rede estadual de ensino de Aracaju, que lecionavam em classes especiais ou inclusivas.

Com relação à caracterização dos sujeitos no que se refere à faixa etária dos participantes dos estudos, foram verificados que apenas os 3 estudos de caso dos participantes não-deficientes mentais não relataram a faixa etária desses sujeitos.

Os mencionados 5 estudos relativos à participação dos sujeitos com deficiência mental explicitaram a faixa etária de suas amostragens. No geral, constatou-se que a faixa etária dos 5 estudos de caso variou de 4 a 54 anos.

Entretanto, os dados verificados nesses estudos quanto à idade dos participantes com deficiência mental não possibilitaram na presente análise identificar precisamente a predominância etária das amostragens desses estudos.

Mesmo assim, afirma-se que as amostragens de sujeitos dos 5 artigos científicos demonstraram a participação de crianças, jovens e adultos com deficiência mental nos 5 estudos de caso em questão.

Além disso, a presente análise verificou em 4 artigos científicos dos 5 estudos de caso relativos à amostragem de sujeitos com deficiência mental a caracterização dessa condição a partir de um referencial diagnóstico.

Apenas o estudo de Glat (1992) não apresenta a condição da deficiência mental dos sujeitos por meio de um referencial diagnóstico. Identificaram-se, então, 2 artigos científicos que expressaram o diagnóstico da deficiência mental dos sujeitos através do grau da deficiência mental e do quociente de inteligência (QI).

O estudo de Ide (1992) enfatizara o diagnóstico de deficiência mental leve dos participantes da investigação, relatando o QI (Quociente de Inteligência) variando entre 55 e 70. Já o artigo científico de Reche (1995) identificara parte dos integrantes da pesquisa com deficiência mental leve e parte com deficiência mental

moderada, também relacionando o grau da deficiência ao QI (os participantes com deficiência mental leve possuíam QI médio de 68 e os com deficiência mental moderada com QI médio de 48).

Um artigo científico (BONETI, 1999) relatara o grau da deficiência mental dos participantes do estudo, afirmando quadros de deficiência mental leve, moderada, severa e limítrofe à normalidade.

Por último, o estudo de Jannuzzi (1992) explicitara um diagnóstico mental diferenciado aos já mencionados, apontando, para o quadro de sujeitos, aqueles com retardamento de desenvolvimento neuro-psíquico motor, síndrome de down, distúrbios nervosos e/ou psiquiátricos, retardamento de desenvolvimento neuro-psíquico motor mais epilepsia e também os participantes sem diagnóstico.

Há de se colocar também o contexto pelo qual os 8 estudos de caso localizaram os participantes da pesquisa. De certo modo, a grande maioria dos sujeitos dos estudos de caso, em que houve a participação de não-deficientes mentais e sujeitos com deficiência mental, encontrava-se inserida nos espaços de educação especializado, isto é, no contexto da educação especial.

Os artigos científicos de tais estudos mencionaram os seguintes espaços de educação especial: classe especial, instituição de educação especial, centro de reabilitação, instituição para a pessoa com deficiência mental e centro de educação especial.

Mesmo assim, 2 estudos de caso (BONETI, 1999; MELO E BERGO; 2003) identificaram, além dos espaços de educação especial, participantes inseridos às classes regulares de ensino.

Dentre as 15 crianças participantes da investigação no artigo de Boneti (1999), 10 crianças estavam matriculadas na escola maternal (6 em classe regular e 4 em classe especial da rede regular), sendo que as outras 5 freqüentavam creches.

A partir disso, pode-se afirmar que o contexto da maioria das crianças com deficiência mental do estudo de Boneti (1999) era o da inclusão à rede de ensino regular, uma vez que apenas 4 crianças se encontravam em classes especiais, diante do quadro das 15 crianças investigadas.

O mencionado estudo de Melo e Bergo (2003) verificara como participantes à pesquisa 15 professoras da rede estadual de ensino de Aracaju, lecionando em classes especiais e em classes regulares em que se instauraram programas de inclusão.

Ainda que tal estudo identificara profissionais de classes regulares com programas de inclusão, o artigo científico não relata a quantidade das participantes da pesquisa nestas classes.

Além do mais, as profissionais participantes do referido estudo possuíam experiência de 1 a 22 anos com educação especial, reiterando, de certa maneira, a grande predominância do contexto da educação especial à localização dos participantes dos estudos de caso da RBEE.

Diante do quadro dos espaços de educação especial em que se localizaram os participantes com deficiência mental e não-deficientes mentais, há de se lembrar que o contexto de produção de saberes científicos, em razão das novas exigências educacionais na década de 90 e no início século XXI, como posto em questão nos dizeres do *conselho editorial* da RBEE (volume 3, número 5) em 1999, sugeriria a necessidade da formulação de novos saberes científicos como os estudos sobre a inclusão da pessoa com deficiência.

No entanto, observa-se que não foram identificados artigos científicos de estudos de caso que divulgassem as pesquisas sobre a inclusão da pessoa com deficiência mental, para o referente período (1992 a 2003) nos 6 periódicos da RBEE encontrados (*Quadro 1*, p. 2), como a presente análise verificou ao constatar os espaços da educação especial como os espaços da grande maioria dos sujeitos com deficiência mental e não-deficientes mentais participantes dos estudos já destacados.

No tocante aos procedimentos de investigação utilizados nos artigos científicos da RBEE, foram encontrados, no geral, nos 8 estudos de caso os seguintes procedimentos de investigação: categorias de análise, classes e subclasses de análise, critérios ou indicadores de investigação, entrevistas (gravadas, transcritas, semi-estruturadas), observação nos espaços em que se localizavam os participantes, reuniões gravadas e transcritas, entrevistas clínicas para identificação das etapas do desenvolvimento cognitivo ou da psicogênese da escrita, e outros procedimentos.

Ressalta-se que em 6 estudos de caso (GLAT, 1992; RECHE, 1995; TUNES, SOUZA E RANGEL, 1996; MELO E BERGO, 1996; BONETI, 1999; CHACON, 1999) as situações de investigação não corresponderam aos espaços nos quais os participantes foram localizados.

No referente quadro de estudos de caso, somente o artigo científico de Reche (1995) realizara a observação dos participantes no espaço em que foram localizados para construção dos dados relacionados aos sujeitos investigados, mesmo assim, o enfoque dos procedimentos deste estudo fora na aplicação de testes e entrevistas clínicas nos participantes da pesquisa.

Por conseguinte, dos 8 estudos de caso identificados, apenas 2 artigos científicos (IDE, 1992; JANNUZZI, 1992) possuíram como procedimentos de investigação dos participantes com deficiência mental a inserção da pesquisa nos espaços em que os sujeitos foram localizados.

O estudo de Ide (1992) realizara uma pesquisa participante de intervenção pedagógica numa classe especial de uma escola estadual durante um ano letivo a fim de buscar novas práticas pedagógicas na atuação do professor para a alfabetização de crianças com deficiência mental.

Já o estudo de Jannuzzi (1992) realizara a observação direta durante dois meses no espaço em que os sujeitos investigados se encontravam para identificar aspectos do trabalho realizado por tais sujeitos na Oficina Abrigada de uma instituição de educação especial.

Por fim, fora verificado que o único artigo científico de divulgação de um estudo histórico (GUHUR, 1994) descrevera que a análise do objeto da pesquisa, isto é, a representação da deficiência mental no período de transição feudal-capitalista partira da análise dessa representação dos períodos Primitivo, Antigo e Feudal. Tal estudo de Guhur (1994) não explicitara outros procedimentos de pesquisa.

Diante das explicitações postas até então para demonstrar as características gerais dos 9 estudos da RBEE, para o período de 1992 a 2003, identificando as aproximações e as exceções entre tais estudos, considera-se que análise de conteúdo da presente investigação foi realizada através da identificação nos referentes artigos científicos dos seguintes quesitos: problemática de pesquisa (problema, hipótese e objetivos), metodologia (sujeitos, estratégias e instrumentos) e resultados, por publicação de periódico.

Por conseqüência, como explicado no primeiro capítulo, foram encontrados os seguintes enfoques temáticos nos artigos científicos: representações/concepções, integração, alfabetização e sexualidade, referentes, evidentemente, à deficiência mental.

Então, nos próximos capítulos, iniciar-se-á a discussão dos artigos científicos (*Quadro 3*, p.4) da RBEE a partir dos enfoques explicitados.

CAPÍTULO III: CONCEPÇÕES SOBRE A DEFICIÊNCIA MENTAL - ESTUDO HISTÓRICO E ESTUDO DE CASO

Iniciando a análise dos estudos referentes aos artigos científicos sobre a deficiência mental em razão das temáticas constatadas, o presente capítulo tem como finalidade a discussão acerca das investigações relacionadas às concepções sobre a deficiência mental.

Foram verificados dois artigos científicos a respeito da temática mencionada. O primeiro deles (GUHUR, 1994) divulgara um estudo histórico sobre a representação da deficiência mental diante do contexto da sociedade de transição feudal-capitalista. Já o segundo (TUNES, SOUZA E RANGEL, 1996) divulgara um estudo de caso a respeito das concepções relacionadas à deficiência mental através da investigação de sujeitos ligados à prática com as crianças sob tal condição.

O estudo de Guhur (1994), diante da perspectiva do processo histórico do avanço das formas de apropriação dos elementos da natureza pelo homem através da sua força de trabalho, transformando-as, afirmara que a determinação da condição da deficiência mental e as formas de representações dos sujeitos qualificados nessa condição devem ser entendidas a partir dos determinantes da realidade e da sua representação na relação com os modos de produção vigentes numa dada época, como já citado no capítulo introdutório.

Assim, para a investigação da representação da deficiência na sociedade de transição feudal-capitalista, Guhur (1994) considerara a análise da deficiência mental nos contextos históricos anteriores ao período de investigação. Foram verificados, então, os determinantes dessa condição nas sociedades Primitivas, Antiga e Feudal, como também mencionados nos capítulos anteriores.

Com isso, há também de se destacar, na perspectiva Guhur (1994), a representação e a determinação da capacidade e da incapacidade do homem, enquanto sujeito histórico, através da posição desse homem num dado modo de produção. Em outras palavras, o que define o homem como deficiente ou não-deficiente dá-se em função da sua força produtiva.

Nas sociedades primitivas, em razão das condições de vida rudes, a exemplos da dependência dos elementos naturais e da restrição dos recursos materiais, eram provavelmente excluídos, na análise da mencionada autora, os doentes, as crianças malformadas, os velhos e aqueles que viessem a se tornar incapacitados para a forma de trabalho primitivo.

Mesmo porque, para a época em questão, afirmava-se a existência do homem de plena capacidade física, força e participação das atividades coletivas .

Na Idade Antiga, em poucas palavras, as práticas de extermínio dos incapazes visava à manutenção de um homem guerreiro, valorizando-se a força física, a sagacidade, a detreza e outros. Tais práticas eram legitimadas também nas leis e na política, considerando o contexto do surgimento das primeiras formas de organização estatal, como explicitado no primeiro capítulo.

Guhur (1994) analisara que, para o contexto medieval, com a mudança de visão de homem e de mundo fundadas no Cristianismo, as práticas de extermínio dos incapacitados foram abandonadas.

Como a existência do homem feudal possuía um fim divino, valorizando-se as coisas da alma em detrimento das do corpo, as crianças frágeis, malformadas e deficientes eram iguais aos outros homens no sentido da destinação à imortalidade cristã, como também eram frutos da providência divina, assim como todas os outros eventos.

Logo, elas tornaram-se os meios para a prática da caridade dos homens, assim como os loucos, os miseráveis e os doentes, o que manifestava o caminho mais curto para a salvação dos homens, à concepção da época.

Já no contexto da sociedade feudal-capitalista, as novas formas de relações de produção (proprietário/trabalhador, comprador/vendedor e produtor/consumidor) se instauraram. Em função de uma nova organização política, econômica e social, Guhur (1994) encontrara na análise das idéias de Locke (1978) a concepção de que os homens que não exerciam as leis naturais, que pressupunham, à época, à destinação ao trabalho manufaturado, eram excluídos da sociedade por meio da interinação conformada pela tutela estatal.

Por consequência, dá-se a representação da deficiência mental enquanto carga e ameaça à organização social em razão do não-enquadramento dos homens nessa condição às leis naturais previstas à manutenção das formas de produção que emergiram ao surgimento da sociedade capitalista.

Na conclusão do presente artigo científico, diante do quadro posto, o indivíduo com deficiência mental será representado na sociedade transitória ao capitalismo como o “não-ser”, uma vez que, excluído do exercício das forças produtivas, ele não será proprietário, trabalhador, comprador, vendedor ou produtor, tendo sua condição destinada ao papel consumidor, à função de dependência do não-deficiente.

Portanto, o estudo de Guhur confirma a análise da condição da deficiência mental em razão dos determinantes de um contexto histórico, que sugere as representações do homem com deficiência mental através do lugar nas relações de trabalho para ele destinado.

Não obstante, é na referência de Bueno (1997), na qual se encontra a constatação de que, já no século XVIII, as relações de produção capitalista determinaram exigências intelectuais necessárias à execução de uma “produtividade intelectual” as quais identificaram os indivíduos que não confirmaram tais exigências – os indivíduos considerados deficientes mentais.

O segundo artigo científico explicitado na temática em questão é o estudo de caso de Tunes, Souza e Rangel (1996), no qual se identificara as concepções acerca da deficiência mental a partir das falas de seis participantes ligadas à prática com pessoas nessa condição.

O mencionado estudo permite trazer uma noção das concepções sobre a deficiência mental a partir da experiência dessas profissionais já no contexto da década de 90, ao final do século XX.

O presente estudo explicitara a proposta de investigação através de uma introdução histórica a fim de discutir os conceitos de deficiência mental em épocas diferentes na relação com as leituras de Pessotti (1981) e de Jannuzzi (1985).

Por sua vez, é na ênfase na abordagem de Pessotti (1981), a qual identifica três momentos evolutivos à conceituação da deficiência mental (teológico, metafísico e científico), baseado na evolução dos saberes da ciência, considerando a visão de homem situada nos contextos históricos, em que o artigo em questão localizara as concepções referentes à deficiência mental nas falas dos sujeitos da pesquisa já apontados.

Ao explicitar o estudo de Jannuzzi (1985), a discussão de Tunes, Souza e Rangel (1996) verificara a evolução da conceituação da deficiência mental no Brasil, no contexto de 1874 a 1935. Assim, nos dizeres das autoras mencionadas,

os resultados da análise histórica de Jannuzzi (1985) mostram que é de responsabilidade da própria sociedade o surgimento da deficiência e a facilidade, muitas vezes apressada e irresponsável, de desvencilhar-se das crianças mentalmente diferentes, cujo comportamento não se enquadra nos moldes “oficiais” e esperados (TUNES, SOUZA E RANGEL, 1996, p. 9).

Jannuzzi (1985), na referência dessas autoras, destaca que, no contexto em que a economia baseava-se no espaço rural e o trabalho produtivo era braçal, a deficiência mental não era vista como um problema, uma vez que as pessoas sob tal condição estavam enquadradas à forma de produção vigente à época.

Em contrapartida, no momento em que a produção passou a exigir uma especialização da mão-de-obra, foram segregados aqueles nos quais não se confirmavam os padrões exigidos para o contexto em questão, tanto em termos educacionais - em vista das exigências de alfabetização para a educação das massas, como nos modos de produção do período vigente.

Para além de uma perspectiva histórica à análise dos conceitos de deficiência mental na relação com os modos de produção vigentes às épocas, o referido estudo de caso apresentara três estágios evolutivos à conceituação da deficiência mental, na leitura de Pessotti (1981). Eis os seguintes estágios: teológico, metafísico e científico.

A concepção teológica diz respeito à explicação da deficiência mental através da idéia de Deus. Tendo em Deus a centralidade de todos os eventos, as origens da deficiência mental são atribuídas ao divino. Dessa forma, Pessotti (1984) aponta, na Idade Média, a “ambivalência caridade-castigo” como “ (...) marca definitiva da atitude medieval diante da deficiência mental” (PESSOTTI, 1984 apud TUNES, SOUZA E RANGEL, 1996, p. 8).

A visão metafísica refere-se ao contexto do século XVI, caracterizada pela visão organicista e pela especulação médica. Nessa época, ocorre a primeira

distinção entre loucos e idiotas, identificando nos últimos o caráter inato da origem da idiotia.

É no século XVII no qual se iniciara a evolução para o estágio científico, caracterizado, nas palavras das autoras,

(...) pela investigação mais rigorosa que acompanha o grande avanço das ciências naturais e da filosofia humanística, pelo avanço na explicação científica da deficiência mental e pelo surgimento da educação especial para deficientes mentais (TUNES, SOUZA E RANGEL, 1996, p. 9).

Quanto aos procedimentos de investigação das falas das seis participantes do estudo de caso em questão, identificou-se que, nos encontros totalizados em quatro, foram propostas discussões referentes à deficiência mental.

Para tal, nos dois primeiros encontros, colocaram-se questões aos sujeitos a fim de levantar reflexões a respeito da prática com o deficiente mental. Ocorreram mais duas reuniões em função da disponibilidade dos sujeitos da pesquisa, sendo que, no decorrer das reuniões, o número de sujeitos participantes caiu para dois profissionais, já na última reunião.

Os dois últimos encontros realizaram a discussão das afirmações a respeito das questões postas nos dois primeiros encontros. Para isso, foram distribuídas cópias transcritas das falas para cada sujeito da pesquisa. Através das falas dos sujeitos, tais transcrições foram organizadas a partir da identificação de duas classes gerais: a prática com o deficiente mental e o conceito de excepcionalidade.

Da primeira classe geral (a prática com o deficiente mental), constataram-se as seguintes subclasses: ações realizadas e resultados obtidos. Da segunda classe geral (o conceito de excepcionalidade), verificaram-se as subclasses características da excepcionalidade, causas e prognóstico. A análise das falas nas subclasses permitiria constatar as concepções teológicas, metafísicas e científicas sobre a deficiência mental.

Tendo em vista a apresentação do estudo de caso em termos teóricos e metodológicos, no tocante aos resultados expostos no artigo “Identificando concepções relacionadas à prática com o deficiente mental”, a presente análise apresentará os dados considerados mais relevantes à discussão.

Na identificação da relação das falas agrupadas nas subclasses com as marcas das visões teológica, metafísica e científica, conforme Pessoti (1981), verificou-se a ausência de quaisquer denotações de caráter teológico no grupo de sujeitos investigados.

Na constatação das autoras, tal fato deu-se em razão dos avanços nos estudos na área da deficiência, como também da característica específica do grupo estudado, levando-se em conta a formação superior dos sujeitos.

Em outras palavras, o acesso aos conhecimentos científicos através da formação em ensino superior implicara na não identificação de dizeres respectivos à visão teológica por parte dos sujeitos investigados.

No geral, das falas transcritas e analisadas nos subgrupos, verificaram-se que 90 denotavam uma concepção metafísica e 92 uma visão científica, constatando-se também a sobreposição desses níveis de conceituação da deficiência mental, o que sugeriria, como Pessoti (1981), uma não evolução linear pelos estágios em questão. Além do mais, independente da prevalência da visão metafísica ou científica em algumas subclasses em detrimento de outras, realizaram-se mais verbalizações sobre as subclasses ações, características e causas.

A respeito das características da deficiência mental, as autoras constaram também que as falas de teor metafísico afirmaram uma condição imutável e concretamente configurada, explicitando características físicas, comportamentais e orgânicas específicas da deficiência mental.

Isto significara certa coerência quanto à afirmação do sujeito com deficiência mental como incapaz de aprender, ausente de habilidades. Ao passo que, quando se trata da visão científica, na análise da mesma subclasse, verificara-se nas falas a concepção da deficiência mental enquanto status social adquirido, ou seja, “ele (o sujeito com deficiência mental) pode se sair muito mal em algumas tarefas e ter enorme sucesso em outras” (TUNES, SOUZA E RANGEL, 1996, p. 15).

Logo, nessa perspectiva, a pessoa com deficiência mental é passível de possibilidades de aprendizagem, de relações afetivas e sociais. Por isso, não fora identificado a adaptação enquanto critério para a definição dessa “excepcionalidade” diante das falas de visão científica no requisito das características.

No que tange à subclasse causas, as verbalizações de cunho metafísico das participantes investigadas localizaram no organismo a causa da deficiência mental, mais especificamente o cérebro como *locus* da “excepcionalidade”, ao passo que as falas de cunho científico relataram causas de origem social em razão de uma privação cultural ou de um sistema de educação falho.

Segundo Tunes, Souza e Rangel (1996) houve a predominância das falas das causas em âmbito científico (33) em detrimento das falas das causas de visão metafísica (17).

Diante do contexto de publicação do estudo científico, as autoras indicaram também que, em função da ausência de pesquisa e de aplicação de novas formas de ação para a viabilização de novos resultados à prática com a pessoa com deficiência mental, as verbalizações sobre os resultados (12) foram largamente menores na relação com as falas sobre as ações (57), dado que as falas de caráter metafísico e científico equilibraram-se quanto às subclasses mencionadas

Quanto à subclasse prognóstico acerca do desenvolvimento da criança com deficiência mental enquanto projeção do futuro, as profissionais apenas relataram falas de caráter metafísico, o que, na explicitação das autoras,

(...) evidencia uma noção fatalista do fenômeno e uma contradição com a idéia de que as causas seriam sociais. Foi, por exemplo, mencionada a questão relativa à irrecuperabilidade do deficiente mental, bem como a delimitação de sua carreira: crianças de risco podem chegar ao ensino regular, tendo o apoio do ensino especial; crianças severamente retardadas (inclusive com síndrome de Down) permanecerão no ensino especial e as crianças levemente retardadas poderão freqüentar oficinas de profissionalização (TUNES, SOUZA E RANGEL, 1996, p. 16).

Mas também, a afirmação posta traz a constatação da qual, nas falas identificadas, os “lugares escolares” das pessoas com deficiência mental devem ser determinados em função da medida da condição da deficiência mental.

Ocorre que o acesso ao ensino regular é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, não podendo haver exclusão das pessoas às classes regulares da rede de ensino oficial em razão da deficiência, entre outros aspectos, como mencionado no Capítulo I.

Com isso, identifica-se também o desconhecimento daquelas profissionais quanto aos direitos à educação da pessoa com deficiência mental, bem como a valorização da medida da deficiência mental como requisito ao acesso às escolas (regulares ou especiais).

Ainda segundo os dados verificados pelas autoras, em poucas palavras, com relação às ações de cunho científico, constatara-se a intenção das profissionais de modificar métodos e estratégias, visando o desenvolvimento global da criança com deficiência mental. Em contrapartida, as falas de caráter metafísico explicitaram preocupações relativas à prevenção da deficiência mental por meio de estimulação precoce.

Finalizando os dados conclusivos do estudo referido, as autoras constataram a convivência das duas concepções nas falas das profissionais investigadas, como apresentado na discussão do estudo de caso. Tal fato, para as autoras, implicara numa apropriação não refletida dessas profissionais sobre os estudos postos como científicos que caracterizam a deficiência mental a partir da medida da inteligência diante de um paradigma biológico para explicar tal fenômeno.

Por conseguinte, o estudo de Caiado (1993) explicitara, por meio de entrevistas com estudantes concluintes do curso de Pedagogia da PUC de Campinas, as concepções sobre a deficiência mental enquanto origem organicista, denotando a deficiência como intrínseca do ser.

Para Caiado (1993), “o conteúdo identificado nas falas das alunas define o deficiente mental como um ser biologicamente inacabado: falta memória, abstração, linguagem” (CAIADO, 1993 apud TUNES, SOUZA E RANGEL, 1996, p. 17).

Em vista dessas colocações, as autoras apontaram para a necessidade de se expandir a divulgação de diferentes saberes científicos para discussão e comparação dos estudos sobre a deficiência mental de forma crítica. Os dados constatados no presente estudo de caso reiteraram nas falas das profissionais pesquisadas as concepções metafísicas e científicas priorizadas geralmente nos estudos sobre a deficiência mental.

Em suma, a análise dos dois estudos científicos sobre as concepções da deficiência mental neste capítulo possibilitaram o conhecimento de formas de investigação sobre a deficiência mental, como também de conceituação dessa “excepcionalidade” em razão dos determinantes dos contextos de identificação da deficiência mental.

Enfatiza-se, assim, a relevância da análise da deficiência mental a partir do contexto pelo qual ela se insere, considerando os aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos, que configuram o aparecimento e a caracterização dessa condição.

O estudo de Guhur (1994) permitiu constatar as diferentes representações da deficiência a partir dos modos de produção identificados nos contextos históricos das sociedades Primitiva, Antiga, Feudal e Feudal –Capitalista.

Mas também, a divulgação do estudo de Tunes, Souza e Rangel (1996) propiciou identificar as concepções referentes à deficiência mental no contexto da década de 90, do século XX, a partir do discurso de profissionais ligadas à educação especial na prática com crianças com deficiência mental.

A explicitação dessas autoras permitira sugerir que tais profissionais não consideraram os aspectos históricos-sociais da identificação da deficiência mental, concebendo tal condição na relação com os saberes que localizam no indivíduo a causa da deficiência mental.

CAPÍTULO IV: A INTEGRAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL

A proposta deste capítulo é a discussão dos estudos vinculados à temática da integração. Publicado em 1992, o primeiro artigo científico sobre a integração social da pessoa com deficiência mental relatara o estudo acerca do trabalho realizado numa oficina abrigada de uma instituição de educação especial. Já o segundo artigo, publicado em 1999, explicitara a investigação da mediação materna na relação com a integração social das crianças com deficiência mental.

Jannuzzi (1992), no artigo científico “Oficina abrigada e a ‘integração’ do ‘deficiente mental’ ”, afirmara a evidência da qual a educação e o trabalho especializados ao “excepcional” possuem caráter provisório, para que, separando as pessoas com “excepcionalidade” em espaços escolares e de trabalho específicos (oficinas de trabalho), seja possível em algum momento a integração dessas pessoas aos demais cidadãos na sociedade.

No entanto, a chamada “integração” raramente ocorre enquanto a pessoa com deficiência mental está na escola especial, culminando no “repasso” dessa integração às oficinas de trabalho nos espaços especializados. No tocante à relação entre a “integração” e a condição da pessoa com deficiência mental, a partir do contexto de sua existência, a referida autora também introduzira o pressuposto do qual

(...) toda instituição que se ocupa do “deficiente”, tanto quanto a educação do “normal”, expressa como objetivo tornar o “deficiente” integralizado, completo, pelo desenvolvimento de toda a capacidade física e/ou mental, para que ele possa gozar de seus direitos e deveres de cidadão, no seio da sociedade (JANNUZZI, 1992, p. 52).

Diante disso, o presente artigo relatara a pesquisa acerca do trabalho realizado numa Oficina Abrigada de uma Instituição de Educação Especial de

Campinas, tendo em vista a função dessa oficina de integrar a pessoa com deficiência mental aos demais cidadãos na sociedade através de habilitação profissional.

Em vista das propostas metodológicas do referido estudo, destacaram-se a observação direta na instituição mencionada durante dois meses, além de entrevistas com profissionais, como também a verificação de informações contidas nos prontuários dos participantes da Oficina Abrigada (OA). Participaram da pesquisa as 45 pessoas da OA, de ambos os sexos (60% homens e 40% mulheres), com idade entre 16 e 39 anos.

Em termos teóricos, Jannuzzi (1992) destacara que cada momento histórico, em razão da organização social estabelecida, configurara um modelo de homem formado para a manutenção da subsistência material da sociedade.

Assim, o modelo de subsistência material da produção capitalista confirma uma expectativa de homem incorporado à manutenção dessa subsistência material, na qual, resumidamente, estão pressupostos todos os gastos implicados à produção da mercadoria ao valor mercadológico, até mesmo a força de trabalho.

Com isso, na relação da lógica de produção capitalista com a condição da pessoa com deficiência mental, Jannuzzi (1992) ressaltara que

(...) o trabalho do “deficiente mental” já mostra a sua dificuldade de inserção. No modo de produção capitalista, se o preço do produto vai ser definido também em função da quantidade de trabalho nele incorporado e se este preço do trabalho é calculado em função de “condições socialmente normais existentes, e com o grau médio de destreza e intensidade do trabalho” a lentidão, as dificuldades de confecção por condições de compreensão da tarefa, destreza, etc. ocasionarão maior dispêndio de tempo na execução de trabalho do que os “normais” e, portanto, não tornará o produto concorrencial (JANNUZZI, 1992, p. 54).

Pode-se, assim, sugerir que a própria lógica da produção capitalista, ao impor determinados comportamentos humanos postos como “normais”, pressupõe a

exclusão daqueles nos quais não se incorporam os padrões esperados à produção lucrativa mercadológica.

A partir do contexto capitalista da profissionalização da pessoa com deficiência mental, no tocante aos resultados da análise da OA, a autora identificara, nos quesitos escolares dos 45 sujeitos da OA, apenas 22% de aprendizes alfabetizados e 13,3% que copiavam e escreviam, sugerindo não aproveitamento na instituição de educação especial, uma vez que o período médio de institucionalização fora de sete anos.

Este estudo explicitara também, dentre os dados constatados, que os aprendizes não eram de fato integrados ao trabalho, porque, dos 45 integrantes da Oficina Abrigada, apenas três se encontravam na indústria.

Além do mais, os que chegavam a se integrar no trabalho na comunidade voltavam a participar da OA, abandonando o emprego novo. Sobre isso, Jannuzzi (1992) estabeleceu as seguintes relações:

Provavelmente, esta grande quantidade de anos de institucionalização acrescidos dos próprios entraves do trabalho competitivo (...) tais como, dificuldades de relacionamento com outros companheiros, lentidão em tomar decisões, existência de cotas fixas de produção, etc., tenham contribuído para a história do insucesso de três aprendizes, que regressaram à Oficina após pouco tempo de trabalho na Comunidade. Um deles com 13 anos de institucionalização empregou-se numa churrascaria. Depois de uma crise violenta de choro, pediu para ser readmitido na OA, embora o proprietário estivesse satisfeito com o seu desempenho. Os outros dois, uma moça (seis anos institucionalizada) e um rapaz com cinco anos de vivência na Instituição não se adaptaram nem ao trabalho doméstico (a moça), nem o rapaz na indústria, apesar da insistência da família, empregadores e coordenadora da OA (JANNUZZI, 1992, p. 57).

Tais dizeres da autora indicam uma diferenciação quanto à forma de inserção ao trabalho na comunidade e na Oficina Abrigada em questão. No tocante à forma de trabalho realizado na Oficina Abrigada, a autora afirmara que existira um clima de afetividade e amizade entre os alunos, ainda que houvesse pressão para entrega dos serviços solicitados.

Também estabelecera que a OA aproximava-se do trabalho fabril no sentido da repetição monótona, mesclando-se o lazer durante as atividades realizadas, por sua vez. A partir desta constatação, Jannuzzi (1992) esclarecera que,

(...) se de um lado, a OA atenua o trabalho fabril e dá um certo status ao aprendiz mostrando a ele, à família e ao mundo que é capaz de cumprir certas tarefas da sociedade capitalista, ele é também absorvido por esse mesmo modo de produção que o proscreve, uma vez que só lhe são remetidas as tarefas que não se mostram lucrativas para o operário “normal”, além do baixo salário. Assim, urge na OA ir além desse “colocar trabalho para o deficiente”, no sentido de prosseguir certas funções que deveriam ter sido cumpridas até certo ponto pela escola (JANNUZZI, 1992, p. 58).

A citação sugere, de certo modo, que a lógica da lucratividade capitalista colocara a pessoa considerada como deficiente mental diante de serviços que não influenciariam à formatação dos valores dos produtos, já que não se confiaram às pessoas com deficiência mental os serviços destinados à produtividade das pessoas “normais”.

O referente estudo discorrera também que a OA poderia ser uma via de integração enquanto integralização, porque, em razão dos preconceitos e estigmas em torno do “deficiente”, os aprendizes não teriam espaço nas indústrias tal como se encontravam estruturadas.

Logo, o acesso ao exercício profissionalizante dos cidadãos com deficiência mental estaria destinado ao trabalho das instituições de educação especial. De fato, reiterara-se no discurso a intenção de integrar o adulto com deficiência mental à sociedade através da empregabilidade do mesmo, ao passo que, como a presente investigação verificara, apenas se dera uma integralização desse adulto à profissionalização, vinculada aos espaços “especiais” de trabalho às pessoas na condição de deficientes mentais.

Além disso, Jannuzzi (1992) destacara a necessidade de se reconfigurar a escolarização das pessoas com deficiência mental, a partir da escola especial,

propondo de fato o acesso ao saber sistematizado. Acrescenta-se também que, de acordo com a autora,

“a educação especial seria realmente uma mediação para o ensino comum , só permanecendo nela os que realmente, por razões de gravidade das síndromes não pudessem participar do ensino comum, público, gratuito, obrigatório (JANNUZZI, 1992, p. 61).

Diante dessa proposição, novamente se identifica na presente análise dos artigos da *Revista Brasileira de Educação Especial*, como verificado no capítulo anterior, a idéia do acesso à rede regular de ensino oficial a partir das competências da condição da deficiência mental nos sujeitos assim considerados.

Na concepção da autora, tal acesso não sugere o cumprimento legal do direito de todos à escolarização no ensino comum (independente da deficiência, entre outros), mas sim em razão das manifestações das deficiências das pessoas nessas condições.

Não obstante, Jannuzzi (1992) apontara, ao concluir a exposição do referido estudo, a necessidade de humanização do espaço industrial a fim de considerar as “peculiaridades” das pessoas consideradas como deficientes mentais, finalizando que

portadores de lesões devem conviver com todos, ensinando-nos, por exemplo, a conservar a afetividade, a simplicidade, a autenticidade. São parte do mundo e, portanto, não podem ser escondidos, afastados, separados. Suas peculiaridades devem ser respeitadas. E os que não tiverem condições de escolarização ou de trabalho deverão ser sustentados pela sociedade em que vivem, através dos impostos dos contribuintes e dentro das melhores condições de saúde e felicidade (JANNUZZI, 1992, p. 61-62).

Pelas explicitações referentes ao estudo “Oficina abrigada e a ‘integração’ do ‘deficiente mental’”, publicado em 1992, confirma-se a investigação da deficiência mental ou do sujeito nessa condição em razão do contexto de inserção da deficiência.

O artigo mencionado estabeleceu relações entre a integração social da pessoa com deficiência mental e o quadro da produção capitalista, na qual dificulta o exercício profissionalizante daqueles que não obedecem aos padrões esperados por tal forma de subsistência material.

O estudo “Deficiência mental e integração social: o papel mediador da mãe”, publicado em 1999, é o segundo estudo identificado sob a temática da integração. Chacon (1999) propusera, através das falas de doze mães de crianças com deficiência mental, a discussão da integração social da criança nessa condição a partir da família, destacando o papel mediador da figura materna no processo de integração.

No Brasil, o autor afirmara que as leis pouco explicitaram a questão da participação dos pais no processo de integração da criança com deficiência mental, enquanto que países como Canadá, EUA, França, Inglaterra, Itália, Suécia e Dinamarca possuíram iniciativas quanto à participação familiar no quesito da escolarização/integração do filho(a) com deficiência.

Além disso, acrescenta-se que tal autor reiterara alguns fundamentos teóricos de Vygotsky (1988, 1994) quanto à educação e ao desenvolvimento da pessoa com deficiência mental.

Ao discutir a “integração” da pessoa considerada deficiente, partindo das idéias de Gonzalez (1993), Chacon (1999) afirmara que,

(...) desde os primeiros anos de vida, haja a participação da família nesse processo de integração e que na idade escolar se dê, em continuidade, a tão discutida integração escolar. É preciso ter claro que uma sociedade integracionista não se limita apenas ao âmbito familiar e escolar; há de se discutir também a educação para o trabalho, quando a pessoa atinge a idade adulta, assim como aspectos da vida diária na comunidade (CHACON, 1999. p. 88).

Assim, o autor apontara para a necessidade de se promover as condições de vida das pessoas com deficiência a partir da aproximação das mesmas às formas de

vida “normais”. Também assinalara que o processo de integração do indivíduo ocorre diante das relações estabelecidas com o outro,

(...) desde a família, no plano intersubjetivo, através da internalização dos valores e normas vigentes, e, ao mesmo tempo, modifica-o de acordo com as suas necessidades intra-subjetivas. Trata-se de um processo que se confere num duplo sentido: do social para o individual e do individual para o social, concomitantemente (CHACON, 1999, p. 89).

Diante disso, para o mencionado autor, a integração da pessoa com deficiência mental é um processo que se inicia através da família e não pela escola, exclusivamente. No estudo em questão, Chacon (1999) destacara a figura materna como mediadora da integração.

Então, a investigação priorizara como objeto desta pesquisa a fala de doze mães que possuíam filhos (as) na condição de deficientes mentais, matriculados no Centro de Reabilitação de Piracicaba com diagnóstico de deficiência mental. Assim, a fim de elencar as participantes do presente estudo, foram selecionadas as mães que tivessem filhos(as) com idade entre cinco e quinze anos, tanto ocupadas com os afazeres do lar como trabalhadoras além do espaço doméstico.

Com relação aos procedimentos metodológicos, a coleta dos dados da pesquisa realizara-se por meio de entrevistas semi-estruturas, em que se buscara o maior número de falas alusivas às experiências das mães e de seus filhos(a) relacionadas à deficiência mental.

A partir da verificação dos dados, foram elaboradas nove categorias de análise. Resumidamente, tais categorias se referiram aos comportamentos das mães perante a deficiência mental do filho ou da filha.

No tocante aos resultados da análise das categorias da pesquisa, Chacon (1999) relatara a predominância das falas que fizessem alusão às avaliações sobre

o desenvolvimento do filho (a), denotando preocupação com a linguagem e com as relações sociais da criança.

Referentes às habilidades da criança, foram apontadas geralmente as capacidades motoras e as verbais, mas também outras relativas ao desenvolvimento tais como a atenção, a memória, a afetividade e a percepção.

Quanto às informações dos profissionais que orientavam as mães e os filhos (as) em razão do diagnóstico da deficiência mental na criança, o autor identificara nas falas a grande ênfase à explicitação das informações que destacaram um conjunto de problemas que a criança possuiria em função da deficiência mental, não alegando aspectos sociais relacionados ao desenvolvimento da criança nessa condição, bem como as suas potencialidades.

Com isso, ao analisar as falas das mães, o autor verificara o fator biológico enquanto causa da deficiência mental, prejudicando o processo de integração social do filho (a) nessa condição, uma vez que se ignorara a dimensão social de tal “excepcionalidade”. Para Chacon (1999), “a efetivação da integração tem como dependência as condições sociais e políticas que permeiam todo o processo” (CHACON, 1999, p. 93).

Novamente, como posto no Capítulo III, tem-se a idéia da qual a deficiência mental possui origem biológica, contrapondo a identificação dos aspectos sócio-históricos da constituição da deficiência mental diante de uma organização social.

Como também mencionado, Bueno (1994) discutira que a partir do momento em que a produtividade se tornara “intelectual”, as pessoas as quais não correspondiam às normas “intelectuais” passaram a ser constituídas como deficientes mentais, já no século XVIII.

Baseando-se nas concepções de Vygotsky (1988), o artigo discutira que a educação dos sujeitos considerados deficientes mentais dever-se-ia aproximar daquela proposta aos “normais” , confiando nas potencialidades das crianças com tal “excepcionalidade” e na aquisição de competências sociais para a integração social, visto que tal processo implicaria na relação dialética intersubjetiva – intrapsíquica.

A análise da variável sexo no estudo em questão constatara a diferenciação nas falas das mães com relação à manifestação sexual dos meninos e das meninas com deficiência mental.

Há maior preocupação quanto à sexualidade das meninas em razão dos medos das mães em vista da possibilidade de gravidez e abuso sexual. Assim, para Chacon (1999),

(...) pode-se pensar que a deficiência mental em meninas conduz a um modo diferenciado de tratamento e educação, por parte das mães e outros membros da família, fato este tido como prejudicial. Além disso, essa forma de tratamento diferenciado acaba reforçando os estereótipos de dependência e passividade aplicados à deficiência. Portanto, acaba reforçando a própria deficiência e a segregação da pessoa que a possui (CHACON, 1999, p. 94).

Em vista disso, para o autor, os meninos com deficiência mental, de certo modo, teriam maior integração social por não possuírem as manifestações sexuais mais restritas da maneira das meninas na mesma condição.

Quanto à categoria relacionada à ocupação da mãe e à deficiência mental do filho (a), a investigação presente verificara que as mães as quais trabalhavam fora sugeriram maior integração social à criança com deficiência mental, em razão das necessidades de se promover a independência e a responsabilidade para a criança, procurando ensinar-lhe ao invés de realizar por ela.

Em contrapartida, as mães cujos afazeres se restringiam às atividades do lar tornaram a deficiência mental do filho (a) mais evidente, realizando por ele (a) as tarefas.

No artigo referido, importante ressaltar também o fato do qual não fora constatado por parte das mães falas alusivas aos direitos legais relativos à escolarização do filho (a) com deficiência mental.

Não obstante, nota-se que o autor não explicitara esses direitos em termos da inclusão escolar da pessoa com deficiência à rede regular de ensino, parecendo sugerir como uma outra possibilidade de escolarização a matrícula das crianças com deficiência em escolas do ensino privado. A exemplo disso, recorre-se a seguinte citação:

Embora nas últimas décadas tenham ocorrido algumas conquistas legais para os deficientes no que se refere à educação escolar, as mães não fazem referência a essa questão em suas falas. Parece não haver, por parte delas, maior grau de consciência sobre os direitos já conquistados. Tampouco sobre aqueles que se fazem necessários conquistar em relação ao deficiente. Elas não questionam a escola pública que não aceita o seu filho ou expulsa, e nem sequer pensam na possibilidade de matriculá-lo em escolas de ensino privado, como se essa função coubesse apenas às escolas públicas (CHACON, 1999, p. 94).

Diante das análises das falas do estudo em questão, Chacon (1999) destacara a necessidade de mudança não apenas em termos legais, mas também no sentido das mentalidades sociais, considerando as capacidades do sujeito com deficiência, bem como a sua dimensão também enquanto cidadão com direitos e deveres.

Por fim, o estudo sobre a integração da criança a partir da mediação materna trouxe uma outra possibilidade para a identificação das maneiras de se conceber e representar a deficiência mental a partir do discurso das mães, como também para a constatação da integração social enquanto fenômeno histórico, relacionado aos aspectos sociais.

A interpretação das falas das mães, de certo modo, sugeriram que determinadas posturas diante da deficiência mental do filho ou da filha implicaram maiores ou menores possibilidades de integração social.

Além disso, mais uma vez se tem constatado a necessidade dos profissionais cuja prática se dá com as pessoas consideradas deficientes mentais de compreender a deficiência a partir dos aspectos históricos e sociais relativos à sua constituição, como a análise das informações obtidas pelas mães através dos profissionais explicitara.

Em conclusão, os presentes estudos verificados sob a temática de integração da pessoa com deficiência mental divulgaram saberes científicos a partir de problemáticas teóricas e metodológicas diferentes.

O artigo de Jannuzzi (1992), diante a perspectiva da produção mercadológica capitalista, analisara o trabalho realizado na Oficina Abrigada para adultos considerados deficientes mentais, constatando que a forma de produção capitalista dificultara a integração ao exercício profissionalizante daqueles sujeitos na comunidade.

Tal fato contribuiu para que a Oficina Abrigada se tornasse o *locus* para o exercício profissionalizante e não o meio para a integração social no trabalho na comunidade.

Além do mais, de acordo com o estudo de Chacon (1999), a integração social da criança com deficiência mental iniciar-se-ia através da mediação materna. Diante disso, essa investigação demonstrara que as falas das mães sobre a deficiência mental do filho ou da filha indicaram maiores possibilidades ou não de integração social da criança na condição em questão.

Tal análise tornara-se relevante na medida em que localizara na família os indícios para a integração social da pessoa com deficiência mental nas vivências em comunidade. Assim, reitera-se, à presente análise, a deficiência mental e a integração do sujeito nessa condição enquanto eventos de ocorrência histórica e social, como sugeriram a explicitação dos artigos em questão.

CAPÍTULO V : ALFABETIZAÇÃO E DEFICIÊNCIA MENTAL - AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOGÊNESE DA ESCRITA

Neste capítulo, haverá a apresentação dos dois estudos da *Revista Brasileira de Educação Especial* referentes à temática da alfabetização do sujeito com deficiência mental. O primeiro artigo, “Alfabetização e deficiência mental”, fora publicado em 1992. Já em 1999, fora divulgado o segundo artigo: “A interpretação da escrita pela criança portadora de deficiência mental”.

Tais artigos científicos investigaram a alfabetização da criança com deficiência mental diante dos pressupostos do desenvolvimento da psicogênese da escrita e, a partir de intervenções investigativas diferentes, constataram que os padrões de aquisição da leitura e escrita nas crianças com deficiência mental aproximaram-se dos padrões verificados nas crianças “normais” estudadas por Ferreiro e Teberosky (1986).

O artigo científico “Alfabetização e deficiência mental” divulgara a intervenção pedagógica realizada numa classe especial de uma escola pública estadual da Grande São Paulo a fim de introduzir novas práticas pedagógicas para a aprendizagem da leitura e da escrita das crianças com diagnóstico de deficiência mental. Os sujeitos investigados na classe especial referida foram crianças com idade entre 8 e 13 anos, de ambos os sexos, com diagnóstico de deficiência mental leve.

No tocante à introdução de novas práticas pedagógicas, Ide (1992) discutira que tais práticas fundamentaram-se teoricamente pelo Progressivismo Educacional. Sobre isso, Ide (1992) introduzira as seguintes concepções:

O Progressivismo Educacional é uma corrente educacional caracterizada por uma abordagem vinda de uma teoria psicológica cognitivista e de uma epistemologia interacionista construtivista.

A ideologia progressivista é deduzida de uma concepção epistemológica que compreende o conhecimento como resultante de uma construção progressiva, que o sujeito cognoscente realiza através de sua interação com o meio (IDE, 1992, p. 42).

Para a autora, nas classes especiais destinada aos educandos com deficiência mental, as intervenções pedagógicas asseguravam que os fracassos escolares desses sujeitos possuíam atribuição inata.

Assim, o trabalho pedagógico na educação especial vinculava-se a diagnosticar e rotular tais educandos, os quais acabavam destinados a espaços segregados.

Ao expor as concepções acerca do Progressivismo Educacional, enquanto uma superação ao trabalho pedagógico excludente nas classes especiais, Ide (1992) enfatizara, então, o objetivo de buscar novas práticas pedagógicas na atuação do professor para a alfabetização de crianças com deficiência mental.

Por conseqüência, a prioridade que fora dada às aprendizagens da leitura e da escrita no estudo em questão relacionara-se à precedência dessas aprendizagens para a aquisição de outros conhecimentos, mas também à relevância da alfabetização como fundamental na comunicação em sociedade, o que colocara a leitura e escrita como instâncias de exercício de poder, de acordo com Ide (1992).

Dentre os objetivos da pesquisa, destacara-se também a verificação dos padrões evolutivos observados no desempenho das crianças investigadas.

Os procedimentos da intervenção pedagógica foram propostos de modo que as crianças, inseridas na classe especial em questão, tivessem contato intenso com a leitura e a escrita.

A professora, mediadora e intérprete dos eventos da alfabetização, tivera papel fundamental, procurando valorizar as manifestações de discursos espontâneos das crianças, as práticas cotidianas do ler e do escrever, não exigindo a norma culta enquanto forma discursiva “correta” na classe, evitando-se a “correção”.

O referencial teórico da escola progressista fora articulado ao trabalho da professora, conforme Ide (1992). Assim, procurara-se supervisionar o trabalho dessa profissional por meio de reuniões na escola e a da construção de um diário de campo no qual a professora registraria sua prática, relatando avanços e dificuldades na relação com o novo programa pedagógico.

Importante ressaltar que os sujeitos da pesquisa foram submetidos a pré-testes antes do início do ano letivo para constatar o período do desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento psicogenético da escrita.

Durante a intervenção do estudo, as atividades escolares propostas aos alunos possibilitavam a elaboração própria dos conhecimentos, tendo em vista que se deveria partir dos eventos espontâneos das crianças como início à aproximação da leitura e da escrita.

O contato com a palavra escrita tornara-se regular para a diferenciação das suas marcas gráficas. Ao término do período de intervenção, as crianças da classe especial foram submetidas a pós-testes a fim de constatar os efeitos da intervenção com relação ao desenvolvimento intelectual e ao desenvolvimento da escrita.

No que se refere aos resultados da intervenção proposta, durante a permanência de um ano letivo na classe especial, constatara-se que um dos sujeitos tornara-se alfabético. A maioria evoluiu “timidamente” do pré-silábico I ao pré-silábico II. Dois sujeitos tornaram-se silábicos- alfabéticos e um sujeito silábico.

Para Ide (1992), verificara-se progresso acentuado na classe especial dos sujeitos com deficiência mental, já que os progressos verificados em um ano da intervenção investigativa não foram obtidos durante os três anos anteriores ao estudo na classe especial.

Observara-se também que os padrões de aquisição da escrita das crianças com deficiência mental obedeceram aos padrões das crianças “normais” estudadas por Ferreiro (1986) e Luria (1988), ainda que nas crianças da classe especial a aquisição dera-se de modo lento e com grande dificuldade.

Outra constatação é que o desenvolvimento das crianças no ano letivo estendera-se também para os âmbitos afetivos e sociais, visto que elas se tornaram menos agressivas e mais respeitosas com os colegas de sala. As ausências nas aulas, que eram corriqueiras, tornaram-se inexistentes.

Enfim, o trabalho investigativo em questão possibilitou por à prova uma nova forma de atuação pedagógica, na qual professora e crianças se mobilizaram a um “novo fazer” pedagógico.

O respeito mútuo construído entre o professor e os alunos na sala de aula, fazendo-os se sentir à vontade para expressar suas opiniões, idéias e desejos, uma vez que estavam seguros de que não corriam perigo de serem rotulados de incapazes, ignorantes ou ingênuos. Planejar seu trabalho, escolher atividades, bem como aos colegas com os quais gostariam de jogar, desenhar, brincar, escrever por si só, ao invés de receberem tudo pensado e organizado pelos outros, levaram estas crianças a desenvolverem um comportamento social bem diferente daquele que tinham no princípio do ano letivo (IDE, 1992. p. 48).

Portanto, à presente análise, diante da citação exposta, o estudo em questão não se reduziu à identificação dos padrões evolutivos da psicogênese da escrita, mas sim contribuiu para a mudança do meio escolar do qual as crianças e a professora, ali submetidos, na relação com um novo programa pedagógico, tornaram-se atores do processo pedagógico de ensino e aprendizagem.

O segundo artigo divulgado sob a proposta da alfabetização para a criança com deficiência mental é o estudo de Boneti (1999): “A interpretação da escrita pela criança portadora de deficiência intelectual”. Nele, encontrara-se o objetivo de verificar os processos cognitivos de aquisição da escrita e leitura em crianças com diagnóstico de deficiência intelectual, tendo por base os estudos de Ferreiro e Teberosky (1986) com relação à psicogênese da escrita das crianças “normais” estudadas.

Boneti (1999) evidenciara que os dados obtidos em alguns estudos sugeriram a aproximação dos processos de aquisição de leitura e escrita entre crianças “normais” e deficitárias intelectualmente, ainda que houvesse o desconhecimento a respeito da especificidade dos atos cognitivos presentes à aquisição dessas linguagens na criança com deficiência intelectual.

Dentre os procedimentos para a caracterização dos quinze sujeitos participantes da investigação, com idade entre quatro e sete anos, destacaram-se as avaliações cognitivas como também a verificação dos quadros socioeconômicos dos participantes.

Para a classificação das crianças quanto ao estímulo da leitura, usara-se um questionário para a obtenção de informações sobre a utilização da leitura e escrita pelos familiares e a relação dessa utilização às crianças deficitárias intelectualmente. Então, a pesquisa identificara os seguintes níveis de estimulação de leitura e escrita: fraca estimulação (duas crianças), estimulação média (seis crianças) e estimulação elevada (sete crianças).

No que tange à metodologia do referido estudo, priorizara-se a metodologia desenvolvida por Ferreiro e Teberosky (1986) no estudo da aquisição da escrita na criança “normal”. Assim, a entrevista era inspirada no método clínico de Piaget, em

que se estruturava uma situação experimental e flexível, buscando a verificação de hipóteses e raciocínios da criança, sem influência do entrevistador, mas com interação entre entrevistador e sujeito investigado.

Durante a aplicação de tal método, o entrevistador solicitara para a criança antecipar o que faria e explicar o que já fora realizado. Foram apresentados às crianças com deficiência intelectual 24 cartões com diversas formas de escrita para a classificação “bons para ler” e não adequados para ler. As entrevistas eram individuais, com duração de 40 min a 60 min, e filmadas.

Assim que priorizava uma ou outra classificação, a criança deveria explicar sua escolha. Os cartões possuíam seqüência de letras iguais (como, por exemplo, *ddd*), letras cursivas e impressas, números aliados a letras, letras maiúsculas e minúsculas e, por fim, palavras (conhecidas ou não).

Os aspectos investigados na análise das entrevistas foram a interpretação da escrita, o critério associado à presença de números, o critério associado à quantidade de letras, o critério associado ao tipo de caractere, o critério de variação de caracteres, a relação entre letras e números e o conhecimento das letras.

Resumidamente, no tocante aos resultados da intervenção da pesquisa, a autora constatara que as crianças com deficiência intelectual investigadas apresentaram esquemas de interpretação da escrita próximos aos desenvolvidos pelas crianças “normais”.

Porém, a evolução da interpretação da escrita nas crianças com tal excepcionalidade variara de acordo com o grau da deficiência intelectual. Mas também, a idade da criança, a estimulação na leitura e a deficiência intelectual foram fatores que conjugaram a aquisição do conhecimento das letras.

Outro dado é que as crianças investigadas no presente estudo apresentaram inconstância quanto à aplicação de seus esquemas de interpretação, fato que as diferenciaram das crianças “normais”. Para a autora, isso sugerira que o processo de maturação cognitiva estaria em via de desenvolvimento, não atribuindo à deficiência intelectual a causa dessa inconstância.

Conforme os resultados do estudo e a análise de Ferreiro e Teberosky (1986), os critérios de classificação da escrita sugeridos pelas crianças estão vinculados ao funcionamento das operações cognitivas.

Por isso, como nove crianças com deficiência intelectual deste estudo não apresentaram critério algum de classificação da escrita, a autora atribuiu que o funcionamento das operações cognitivas nas crianças com deficiência intelectual bem como seu ritmo de desenvolvimento diferenciaram-se das crianças “normais”. Como explicação desse dado, a autora ilustra a seguinte proposição:

Observa-se que a criança muda de opinião, sem jamais deter sua atenção sobre as letras, palavras ou números. Mesmo quando conhece algumas letras ou números, os cartões contendo unicamente esses elementos parecem não ter nenhum significado. Ela age como se esses elementos não pudessem ser interpretados. Conforme Ferreiro (1993), em tal estágio a criança concebe a escrita como um conjunto de formas arbitrárias dispostas de modo linear. Essas formas não servem para a representação dos aspectos figurativos do objeto, papel que é atribuído ao desenho. Nesse primeiro período a escrita só pode ser interpretada quando se apresentar em condições contextuais, seja por a criança reconhecer o objeto sobre o qual ela se encontra, seja por se apresentar próximo a uma imagem. A ausência de um contexto que permita a construção de um significado torna o texto não legível, identificado simplesmente como letras (FERREIRO, 1988). Nesse nível, a criança não elabora ainda critérios de interpretação da escrita. Como a possibilidade de ler ainda está dependente da presença do contexto (o desenho, por exemplo), é ilógico para ela selecionar cartões (sem imagem) que servem para ler daqueles que não servem (BONETTI, 1999, p. 45).

A investigação apontara também que três crianças apresentaram indícios de interpretação, classificando-as em nível intermediário, isto é, não apresentaram critérios estáveis de classificação da escrita, de acordo com o estudo. Outras três crianças pesquisadas demonstraram critérios estáveis de classificação da escrita

nos quesitos presença de números, quantidade de letras, tipo de caractere e variação de letras.

Em suma, o artigo afirmara a necessidade de se aprofundar os estudos sobre o processo de interpretação da escrita, aproximando a aquisição da escrita entre deficientes intelectuais e não deficientes, já que outros aspectos referentes à psicogênese da escrita necessitam de problematizações,

(...) como por exemplo o ritmo de aquisição dos conhecimentos relativos à linguagem escrita, o papel do ensino nessa aquisição e (...) a relação entre o comportamento de oscilação e o processo de maturação da criança. O esclarecimento de tais questões certamente traria bases mais sólidas para a pesquisa em deficiência intelectual (BONETI, 1999, p. 54).

Em vista da exposição do segundo estudo referente à relação entre alfabetização e deficiência mental, pode-se afirmar que a investigação priorizara a intervenção clínica para com as crianças pesquisadas a fim de compreender os modos de aquisição da leitura e escrita nas crianças com deficiência intelectual.

No entanto, ressalta-se, à presente análise, que o estudo de Ide (1992) procurara não só identificar as etapas da evolução da psicogênese da escrita nos sujeitos pesquisados, como também propusera uma intervenção participante de modo a buscar junto à professora dos sujeitos investigados um novo “fazer pedagógico”.

Para além de constatações minuciosas sobre a psicogênese da escrita dos sujeitos estudados, a investigação de Ide (1992) implicara também na mudança da relação dos estudantes participantes com os conhecimentos da escrita e leitura, trazendo para a prática educacional uma nova contribuição pedagógica.

Diante das explicitações postas a respeito dos estudos da *Revista Brasileira de Educação Especial* sobre a alfabetização e deficiência mental, confirma-se, então, a existência de formas diferenciadas de intervenção investigativa, ainda que o

referencial teórico priorizado à alfabetização fora o mesmo, ou seja, o referencial da psicogênese da escrita. Mesmo assim, tais estudos aproximaram-se na medida em que identificaram a semelhança entre os padrões evolutivos da psicogênese da escrita nas crianças com deficiência mental e nas crianças “normais”.

CAPÍTULO VI: OS ESTUDOS DA SEXUALIDADE

O presente capítulo finalizará a exposição e a discussão dos artigos científicos da RBEE para o período de 1992 a 2003. Dessa forma, realizar-se-á a explicitação dos estudos científicos referentes à temática da sexualidade na relação com a condição da deficiência mental.

Tais pesquisas totalizaram o número de três publicações. A primeira delas, “A sexualidade da pessoa com deficiência mental”, fora publicada em 1992. O artigo “Adolescentes com deficiência mental: teorias sexuais” fora divulgado em 1995. Já em 2003, publicara-se o seguinte estudo sobre a sexualidade e a deficiência mental: “A atuação do professor diante das manifestações da sexualidade nos alunos portadores de deficiência mental”.

O artigo de Glat (1992) propusera verificar como as pessoas deficientes mentais representavam sua sexualidade e seus relacionamentos amorosos, como também compreender de que maneira a condição da deficiência mental afetava a sexualidade desses sujeitos.

A autora explicitara a hipótese de que os estereótipos sexuais voltados para a pessoa com deficiência mental, como ser sexualmente agressivo ou assexuado, passaram a justificar a necessidade de negação de sua sexualidade, ainda que, do ponto de vista científico, não se fizera tal comprovação.

Quanto à caracterização dos sujeitos da pesquisa, foram investigados participantes de ambos os sexos, 25 homens e 26 mulheres, com idade entre 13 e 36 anos para os homens e 15 e 54 para as mulheres. A maioria das mulheres tinha até 25 anos.

Tais sujeitos participaram voluntariamente da pesquisa. Eles estudavam em três instituições para a pessoa com deficiência mental no Rio de Janeiro. Para Glat (1992), em razão da utilização de entrevistas à investigação, as pessoas com tal “excepcionalidade” que não tinham condições de expressão e comunicação oral foram excluídas.

No que tange aos procedimentos metodológicos, foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, abordando questões de sexualidade (informações, valores e comportamentos).

As entrevistas encaminharam-se como uma conversa informal. O entrevistador fora o responsável por adaptar o guia de roteiro de entrevista à condição da linguagem, da interpretação e da personalidade dos participantes, já que os mesmos apresentavam diferenças entre si quanto a tais aspectos.

Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas na forma de texto e analisadas para a separação dos temas. Os dados utilizados na análise de conteúdo foram retirados da própria fala dos sujeitos, como a autora colocara.

Com relação aos resultados da referida investigação, um dos primeiros fatos constatados fora que os sujeitos da pesquisa em questão possuíam tímida integração social. Ainda que se fizera a integração da pessoa com deficiência mental do ponto de vista legislativo aos espaços escolares e às chances de trabalho, o mesmo não se verificara quanto ao relacionamento social, como Glat (1992) explicara.

Por conseguinte, a autora afirma que,

(...) quando se fala em relacionamento social, a questão se torna diferente, pois não se pode fazer uma lei obrigando as pessoas a aceitarem e se tornarem amigas dos deficientes! E conforme inúmeros estudos têm demonstrado, independente do tipo de escolas que freqüentam (especial ou integrada), a maioria das crianças deficientes continua isolada em suas vizinhanças (GLAT, 1992, p. 68).

Isto porque as pessoas com deficiência mental investigadas relataram nas entrevistas a existência de poucas amizades e relacionamentos para além do espaço da instituição de educação especial.

À presente análise, essa constatação também sugerira a necessidade de mudança nas mentalidades da comunidade vigente, já que o comportamento social estaria excluindo a pessoa considerada deficiente mental dos relacionamentos sociais comuns às pessoas.

Ainda assim, verificara-se que, no geral, os homens possuíam maior integração social, sugerindo comportamentos de maior vigilância e proteção com relação às mulheres investigadas.

Por consequência, no quesito da manifestação sexual dos participantes, o estudo identificara que apenas 35% das mulheres havia beijado. Nenhuma havia tido relação sexual, mas algumas possuíam certo grau de intimidade com seus namorados.

Dos homens participantes, 52% afirmaram terem realizado relação sexual ao menos uma vez, mas nenhum dera a entender que possuía uma vida sexualmente ativa. Ainda assim, tais dados confrontados estabeleceram que os homens com deficiência mental possuíam maior liberdade sexual com relação às mulheres da mesma condição, imitando a configuração apresentada no caso da expressão sexual de homens e mulheres considerados “normais”, conforme Glat (1992).

Os conhecimentos relativos à preservação contraceptiva e à reprodução sexual mostraram-se precários. Apesar de todas as 26 participantes tivessem conhecimento sobre a menstruação, apenas uma soubera explicar porque perdia sangue todo mês. O assunto masturbação foi discutido mais abertamente com os homens e mostrara-se como um tabu para as mulheres, assim como se observara

nas mulheres consideradas “normais”. Portanto, a autora afirmara que tais dados demonstraram o resultado de um acesso incompleto e/ou inexistente à educação sexual para os sujeitos investigados.

Outros dados identificados mostraram que 30% dos sujeitos possuíam informações sobre sexo com a família. Para as mulheres, as informações eram proferidas pelas mães. Além disso, 18% recebiam tais informações pelos profissionais da instituição e o restante recebia essas informações através da mídia, de colegas, da rua ou “de ninguém”.

Conforme Glat (1992), à quisa de conclusão, há a necessidade de programas de educação e de orientação sexual mais adequados, porque o comportamento da manifestação sexual inibido nas pessoas com deficiência mental não se dara em função da própria condição dessas pessoas, mas sim porque não foram dadas as condições para o desenvolvimento sexual saudável das pessoas com deficiência mental.

A visão geral, porém, ainda é a de que pessoas portadoras de deficiência mental são também deficientes emocionalmente, incapazes, portanto, de estabelecerem relações amorosas profundas e duradouras. O problema, mais uma vez, não está necessariamente nas pessoas deficientes mentais em si, mas no espaço de vida que a sociedade lhes oferece (GLAT, 1992, p. 71)

(...) É a infantilização e o isolamento social, e não seu quociente intelectual ou problema neurológico que os impedem de gozarem de uma vida amorosa plena e satisfatória (GLAT, 1992, p.72).

Dessa forma, à presente análise, pode-se enfatizar que a hipótese inicial de qual as pessoas com deficiência mental são agressivas sexualmente ou assexuadas não se confirmaram no estudo de Glat (1992). A autora, então, destacara a seguinte proposição:

A sexualidade é parte integrante, constitucional e formativa de todo ser humano. Assim, somos obrigados – a não ser que adotemos abertamente a atitude de que pessoas com deficiência mental são qualitativamente diferentes dos outros seres humanos – a aceitar que elas têm os mesmos desejos e o mesmo direito de vivenciar plenamente sua sexualidade como todos nós. E mais ainda, a entender que a repressão sexual, no deficiente

mental como em qualquer outra pessoa, é um dos fatores de desajuste psicológico, social e até mesmo físico (GLAT, 1992, p.72).

A investigação demonstrara que, apesar de possuírem manifestação sexual, os sujeitos com deficiência mental estudados exploraram a sua sexualidade de modo inibido, explicitando diferenças quanto ao comportamento dos homens e das mulheres.

Portanto, conforme sugerira a explicitação de Glat (1992), reitera-se a necessidade da aceitação da manifestação sexual das pessoas com deficiência mental, assim como há a aceitação da sexualidade da pessoa considerada “normal”. Isto significaria aproximar o comportamento das pessoas com deficiência mental ao comportamento das pessoas consideradas “normais”.

O artigo científico de Reche (1995) propusera identificar as teorias sexuais infantis em adolescentes com deficiência mental, através da contribuição do estudo do desenvolvimento psicosssexual da psicanálise que enfatizara a formulação das teorias sexuais infantis.

São fantasias conscientes, verbalizadas pela criança, as quais Freud (1905, 1908) classifica como teorias sexuais infantis. Freud (ibid) define as teorias sexuais como um conjunto de crenças próprias da criança a respeito do nascimento, da fecundação e das diferenças dos sexos (RECHE, 1995, p. 39).

Um dos objetivos deste estudo fora, então, constatar a existência de teorias sexuais infantis nos adolescentes com deficiência mental, aproximando-as às teorias sexuais dos “normais”. Também se propusera verificar a aproximação ou não desta pesquisa ao estudo de Jagstaidt (1987) quanto à conclusão de que há correspondência entre os níveis operativos do desenvolvimento cognitivo e a elaboração de teorias sexuais infantis.

Enfim, o estudo em questão também propusera identificar as relações existentes entre fatores intelectuais e aspectos sexuais no grupo de sujeitos estudados.

Os sujeitos investigados no artigo “Adolescentes com deficiência mental: teorias sexuais” foram localizados em um Centro de Educação Especial, de um bairro operário da zona sul de Barcelona.

A partir dos critérios de seleção dos participantes, entre eles, não apresentar deficiência ou disbúrbios de comportamento graves, identificaram-se dois grupos: Grupo A (Deficiência Mental Leve) e Grupo B (Deficiência Mental Moderada).

Totalizaram-se 17 participantes para o estudo (9 do sexo masculino e 8 do sexo feminino). Os correspondentes ao Grupo A totalizaram 7 (6 do sexo masculino e um do sexo feminino), possuíam QI médio de 68 e idade entre 15 e 19 anos. Já os sujeitos do Grupo B totalizaram 10 (3 do sexo masculino e 7 do sexo feminino), possuíam QI médio de 48 e idade entre 15 e 19 anos.

Por conseguinte, Reche (1995) considerara a constituição de um paradigma teórico psicanalítico em função das obras de Freud (1905, 1907, 1908, 1917), Jung (1953), Klein (1923, 1928, 1931, 1957), Rank (1924), Ferenczi (1924) e Jagstaidt (1987), necessários ao desenvolvimento da problemática da investigação proposta.

Assim, a autora apontara os seguintes indicadores da investigação: o nascimento, a fecundação, as diferenças entre os sexos, o papel do pai, o papel da mãe, a vida intra-uterina, a fecundação e nascimento dos animais e o casamento como instituição social.

No tocante aos instrumentos utilizados na pesquisa, a autora destacara os seguintes: teste pata negra (apresentação de lâminas visando à exploração das fantasias), prova do bestiário de Zazzo (continuação do procedimento anterior),

entrevista clínica (roteiro adaptado do estudo de Jagstaidt – 1987) para a identificação das teorias sexuais infantis e também o psicodiagnóstico do desenvolvimento cognitivo (com variáveis diferentes a serem identificadas à aplicação do Grupo A em relação ao Grupo B).

Tais instrumentos foram apresentados respectivamente com a utilização de um gravador para cada sujeito investigado. Os dados foram analisados de acordo com os procedimentos usados e, com isso, elaboraram-se protocolos individuais.

No caso da entrevista clínica, houve a apresentação das nove lâminas que corresponderam às situações dos indicadores da pesquisa e, ao final dessa aplicação, solicitara-se a cada sujeito a elaboração de um desenho que fizesse alusão a alguma situação dos indicadores.

Com relação aos dados conclusivos da investigação, Reche (1995) constatara que os adolescentes com deficiência mental investigados expressaram teorias sexuais infantis semelhantes às teorias das crianças “normais”, ajustando-se ao modelo proposto pela psicanálise.

Quanto à aproximação da manifestação das teorias sexuais deste estudo à investigação de Jagstaidt (1987), confirmara-se certa semelhança entre tais pesquisas.

No entanto, o mesmo não ocorrera quanto à afirmação do estudo de Jagstaidt (1987) sobre a conclusão da qual há correspondência entre nível operativo e verbalização das teorias sexuais infantis, uma vez que, para o estudo dos adolescentes com deficiência mental, nem sempre houvera a correspondência da expressão de uma teoria sexual infantil ao nível operativo cognitivo do sujeito investigado.

Por conseqüência, não se constatara também a correspondência entre o QI e as teorias sexuais infantis expressadas no grupo de sujeitos investigados, confirmando a independência dos fatores intelectuais desse grupo com relação às suas teorias sexuais infantis.

De modo geral, os sujeitos dos dois grupos (A e B) apresentaram os seguintes níveis operativos: estágio das operações concretas para o Grupo A (Deficiência Mental Leve) e estágio pré-operatório para o Grupo B (Deficiência Mental Média).

Ainda sobre as manifestações das teorias sexuais infantis nos adolescentes com deficiência mental estudados, Reche (1995) apontara que elas se aproximaram das fantasias da primeira infância, ao invés de se aproximarem à puberdade, como sugerira Freud (1908) em suas análises.

Diante da exposição dos aspectos conclusivos do estudo de Reche (1995), faz-se importante ilustrar alguns exemplos a respeito das teorias sexuais infantis manifestadas pelos adolescentes da pesquisa em questão:

- A respeito da agressão ao ventre materno:
 - . depois do 5º mês, o bebê machuca a mãe porque dá pontapés.
- Acerca da alimentação do feto:
 - . nos primeiros meses, o bebê come com a boca, da barriga da mãe;
 - . algo tritura a comida para o bebê depois que desce pelo tudo digestivo.
- Acerca da localização do cordão umbilical:
 - . o cordão umbilical está na garganta da mãe.
- Sobre o sexo dos bebês no ventre da mãe:
 - . no ventre da mãe, os bebês têm o mesmo sexo; depois que nascem, diferenciam-se em masculino e feminino.
- Sobre o desenvolvimento do bebê na vida intra-uterina:
 - . o bebê começa a desenvolver-se depois dos seis meses da gravidez (RECHE, 1995, p. 48)
- A respeito do nascimento (...):
 - . a cabeça do bebê sai pela vagina, e as pernas, pela barriga;
 - . custa muito à criança nascer, por isso sai chorando. (...)
- Acerca das diferenças sexuais (...):
 - . quando estão nus, os meninos e as meninas são iguais (RECHE. 1995, p. 49).
- Acerca da fecundação (...):
 - . o pai põe os óvulos na vagina da mulher;
 - . o bebê pré-existe no hospital e é depositado pelo médico na barriga da mãe (RECHE. 1995, p. 50).

À presente análise, portanto, afirma-se a grande contribuição da pesquisa de Reche (1995) no que tange à iniciativa de relacionar dois referenciais teóricos ao estudo das teorias sexuais infantis dos adolescentes com deficiência mental.

Tal investigação propusera, então, a aproximação entre a psicanálise e a psicologia genética, confirmando que os fatores intelectuais referentes à deficiência mental não são necessariamente correspondentes a determinadas manifestações das teorias sexuais infantis dos adolescentes com deficiência mental.

Por isso, reiterando o estudo de Glat (1992) já mencionado, tem-se que a manifestação da sexualidade das pessoas com deficiência mental estudadas não estará configurada aos aspectos intelectuais referentes à tal “excepcionalidade”.

Na direção dos estudos sobre a sexualidade e a deficiência mental já explicitados, para o artigo de Melo e Bergo (2003), encontrara-se a investigação sobre a atuação das professoras diante da sexualidade dos alunos com deficiência mental.

Melo e Bergo (2003) consideraram a dimensão da sexualidade humana para além de sua dimensão biológica e instintiva, a qual perpassa a subjetividade e sociedade, constituindo-se como um campo de saberes humanos com base na afetividade e no erotismo, na referência de Nunes e Silva (2000).

A investigação também partira do pressuposto de Dall’Alba (1992) que denunciara a existência de uma educação sexual informal no espaço escolar, formando pessoas diante de uma concepção negativa, tradicional e preconceituosa a respeito da sexualidade.

Além disso, de acordo com os autores, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) propõem a implantação da orientação sexual como tema transversal nas escolas da rede de ensino oficial. No entanto, nas instituições escolares identificadas

para localizar as profissionais estudadas não havia a implantação de programas de educação sexual.

No tocante aos sujeitos da investigação, participaram da amostragem do estudo 15 professoras, com experiência de 1 a 22 anos em educação especial, lecionando em classes especiais e classes regulares em que se implantaram programas de inclusão.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com dez perguntas. Essas questões focalizaram os seguintes aspectos: formação do professor, sexualidade do deficiente mental, educação sexual do deficiente mental e atuação do professor frente às manifestações sexuais.

Das respostas, gravadas e transcritas, criaram-se três categorias de análise: as visões a respeito da sexualidade do deficiente mental, as atuações frente às manifestações sexuais e a formação das professoras.

Com relação aos dados conclusivos do presente estudo, Melo e Bergo (2003) ressaltaram que, até o momento da divulgação da pesquisa, apenas parte dos dados constatados estavam conclusos. Dessa forma, ainda se esperava novos desdobramentos na análise de outras categorias dos discursos transcritos das professoras estudadas.

A partir das leituras que abordaram a sexualidade do deficiente mental (LIPP, 1986; ASSUMPÇÃO E SPROVIERI, 1987; DALL´ALBA, 1992; GLAT, 1996; FREITAS, 1997; DENARI, 2002), Melo e Bergo (2003) encontraram a concordância da qual a manifestação da sexualidade da pessoa com deficiência mental é posta como uma exacerbação sexual tanto para a família como para os médicos, psicólogos e pedagogos.

De certo modo, reiterando essa afirmação, no tocante à categoria acerca das visões sobre a sexualidade do deficiente mental, verificara-se que apenas 23,5% das profissionais consideraram a sexualidade do deficiente mental como “normal”.

As outras porcentagens verificadas conceberam o comportamento sexual da pessoa com deficiência mental como exacerbado ou sem limites, ou como ingênuo ou inexistente, entre outros. Para Melo e Bergo (2003), tais dados corroboraram a idéia da qual o deficiente mental é uma eterna criança ou um ser demoníaco, de acordo com a visão popular, na referência de Glat (1996).

Então, para os autores, colocara-se a preocupação de que os conceitos distorcidos e disseminados com relação aos comportamentos sexuais das pessoas com deficiência mental orientavam as professoras com relação à prática pedagógica ao estudante com deficiência mental.

No geral, no que tange à categoria sobre as atuações das profissionais diante das manifestações sexuais dos alunos considerados deficientes mentais, o estudo identificara que as intervenções na educação sexual por parte das professoras privilegiavam os aspectos biológicos da sexualidade e da prevenção às doenças sexualmente transmissíveis.

Assim, não se constatara as outras dimensões da sexualidade humana, denunciando uma visão limitada da sexualidade do deficiente mental.

Também verificara-se que as professoras associaram a sexualidade à necessidade de responsabilidade e maturidade dos alunos. À partir disso, conforme Melo e Bergo (2003), na leitura de Bernardi (1985), afirmara-se, criticamente, que os deficientes mentais, então, não poderiam manifestar-se sexualmente, uma vez

que não se enquadrariam aos modelos prescritos da caracterização do adulto, como a maturidade e responsabilidade.

No tocante à categoria sobre a formação das professoras, a investigação apontara que a educação sexual enquanto campo disciplinar na graduação das professoras não fora abordada em 66,6% dos casos estudados. Além disso, as professoras que possuíram informações sobre educação sexual na graduação (13,3%) denunciaram, na interpretação do estudo, uma visão deturpada do comportamento sexual do deficiente mental.

Conforme Melo e Bergo (2003), ao mencionarem a leitura de Assumpção e Sprovieri (1987), essa visão sexual deturpada se dera em função da compreensão da sexualidade como patológica por parte dos profissionais envolvidos com a educação especial, mesmo porque foram poucos os estudos referentes à essa temática.

Colaborando à essa afirmação, as professoras que relataram alguma formação em educação sexual na graduação afirmaram que a mesma privilegiava os aspectos biológicos e preventivos da sexualidade.

Dentre outras questões, em termos conclusivos, Melo e Bergo (2003) argumentaram a necessidade de uma formação acadêmica aos profissionais adequada para lidar com a sexualidade no cotidiano escolar, como também uma formação contínua que proporcionaria o desenvolvimento de competências ao trabalho docente.

Em vista dos estudos sobre a sexualidade dos sujeitos com deficiência mental, sugere-se, à presente análise, que os comportamentos sociais localizaram nas pessoas com deficiência mental certa impossibilidade para a sua manifestação sexual.

Diante dessa análise, ainda que as crenças sociais expressem a manifestação da sexualidade da pessoa com deficiência mental enquanto agressiva ou assexuada, o estudo de Glat (1992) confirmara que a sexualidade dos sujeitos, homens e mulheres, apresentara-se de forma inibida.

Mas também, de certa maneira, colaborando com essa constatação, já em 2003, a pesquisa de Melo e Bergo identificara que as concepções das professoras sobre a manifestação da sexualidade dos estudantes com deficiência mental orientariam determinadas práticas pedagógicas.

Tais práticas implicariam na repressão aos comportamentos sexuais desses estudantes, em razão da inexistência de uma formação adequada aos profissionais para a educação sexual destinada também aos sujeitos com deficiência mental.

Evidencia-se, dessa forma, a contribuição do estudo de Reche (1995), já que o mesmo constatara que a elaboração das teorias sexuais infantis nos adolescentes estudados com diagnóstico de deficiência mental não correspondera aos níveis de operações cognitivas. Isso confirmara a independência dos fatores intelectuais dos sujeitos com deficiência mental com relação às manifestações sexuais desses sujeitos.

Assim, em vista dos estudos explicitados, afirma-se a manifestação da sexualidade da pessoa considerada deficiente mental enquanto ocorrência social e histórica, diante das relações estabelecidas nas comunidades, das quais suscitam as construções das crenças sociais, como a idéia da assexualidade dos sujeitos com deficiência mental ou da agressividade sexual dos mesmos.

CAPÍTULO VII: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos conclusivos, as articulações proferidas com base na divulgação dos estudos científicos sobre a deficiência mental da *Revista Brasileira de Educação Especial* sugerem, de certa forma, avanços e críticas às publicações postas para conhecimento, análise e comparação.

Diante dos periódicos encontrados (*Quadro 1*, p.2), o levantamento quantitativo e o qualitativo expressaram o privilégio dado à divulgação dos artigos sobre a deficiência mental, para o período de 1992 a 2003.

Nesses artigos científicos, verificou-se a preferência pela explicitação das pesquisas sobre estudos de caso e uma pesquisa histórica. Com isso, constataram-se as seguintes temáticas relativas à deficiência mental: as concepções/representações, a integração, a alfabetização e a sexualidade.

No geral, os artigos científicos expostos a partir desses enfoques temáticos constataram a possibilidade de aproximação dos comportamentos intelectuais dos sujeitos com deficiência mental com relação aos sujeitos considerados “normais”, como se verificou nos estudos sobre a alfabetização, diante do referencial da psicogenética.

Os artigos referentes à integração da pessoa com deficiência mental afirmaram, de certa maneira, a necessidade de mudança das mentalidades sociais ou “cognições sociais”, nos termos de Omote (1994), para que se faça, efetivamente, a integração social dos sujeitos com deficiência mental nos espaços comunitários da sociedade, como o trabalho e a escola.

Já os estudos sobre a sexualidade identificaram que as concepções deturpadas a respeito da manifestação sexual da pessoa com deficiência mental

orientam práticas sociais que negam o direito ao conhecimento da própria sexualidade e da manifestação sexual dos sujeitos considerados deficientes mentais.

Ainda sobre isso, tem-se a contribuição do estudo de Reche (1995) ao constatar que os fatores intelectuais dos adolescentes com deficiência mental não corresponderam, necessariamente, às manifestações das teorias sexuais infantis.

As pesquisas referentes às concepções sobre a deficiência mental afirmaram a construção histórica da deficiência em questão. Assim, tem-se que as organizações sociais vigentes, no decorrer das épocas, localizaram padrões de normalidade e anormalidade, de acordo com as formas de produção e manutenção da sobrevivência dos grupos sociais.

Também a respeito disso, o estudo de Tunes, Souza e Rangel (1996) identificou que as profissionais investigadas, as quais lidavam com crianças consideradas deficientes mentais, concebiam a deficiência mental enquanto ocorrência orgânica e biológica, contrapondo os referenciais históricos a respeito da manifestação da deficiência.

Assim, tais autores evidenciaram a necessidade da divulgação de outros saberes científicos sobre a deficiência mental, os quais possibilitariam novos olhares e práticas com relação aos sujeitos dessa condição.

Quanto à amostragem dos sujeitos investigados com deficiência mental e não deficientes mentais, identificou-se que tais participantes foram localizados nas instituições de educação especial, em sua grande maioria.

Dessa forma, verificou-se a inexistência da divulgação de estudos sobre os sujeitos considerados deficientes mentais a partir da inclusão dos mesmos às classes regulares da rede de ensino oficial.

A partir dessa constatação, coloca-se o seguinte questionamento: para a década de 90, não estaria a *Revista Brasileira de Educação Especial* sugerindo que os espaços de educação voltados às pessoas com deficiência mental deveriam permanecer segregados, ao priorizar a divulgação das pesquisas que localizaram tais sujeitos nos espaços de educação especial?

Considera-se, então, tal questionamento como uma crítica às publicações da *Revista Brasileira de Educação Especial* sobre a deficiência mental. No entanto, aponta-se também que o encontro de mais periódicos científicos para o período investigado possibilitaria sugerir outros levantamentos.

Mesmo assim, em tempos da inclusão dos sujeitos com deficiência às classes regulares da rede de ensino oficial, como previsto na Constituição Federal desde 1988, dever-se-ia constar a inclusão escolar dos sujeitos com deficiência mental como também uma prioridade à divulgação das pesquisas a respeito dessa “excepcionalidade”.

Assume-se, então, finalizando as questões conclusivas, a intencionalidade e a concretude da divulgação e análise dos estudos sobre a deficiência mental, o que possibilitou a reunião dessas pesquisas no presente Trabalho de Conclusão de Curso, para o contexto da década de 90 e início do século XXI.

Além disso, ressalta-se a importância dos estudos sobre a deficiência para a formação dos profissionais em educação, diante, evidentemente, de uma perspectiva histórica.

Mesmo porque, como visto nos artigos científicos explicitados, foram verificadas, nas profissionais estudadas, as concepções a respeito da deficiência mental que priorizavam a sua manifestação biológica e orgânica, em detrimento da compreensão da qual a deficiência é uma construção histórica e social.

Para a presente obra, tem-se também um referencial para a pesquisa sobre a deficiência mental no Brasil, privilegiando a concepção da qual a deficiência mental é um evento histórico e social, cujo acontecimento deu-se, mais especificamente, em razão da padronização dos comportamentos intelectuais necessários à manutenção da organização social capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: UNB, 1985.

ASSUMPÇÃO, F. B.; SPROVIERI, M. H. S. **Sexualidade e deficiência mental**. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1987.

BERNARDI, M. **A deseducação sexual**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1985.

BONETI, Rita Vieira de Figueiredo. A interpretação da escrita pela criança portadora de deficiência intelectual. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, nº 05, 1999, p. 41- 55.

BUENO, José G. A produção social da identidade do anormal. In: FREITAS, Marcos C. (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

CAIADO, K. R. M. **Concepções sobre deficiência mental reveladas por alunos concluintes do curso de pedagogia – habilitação deficiência mental**. São Carlos, 1993. [Dissertação de Mestrado – UFSCAR].

CHACON, Miguel C. M. Deficiência mental e integração social: o papel mediador da mãe. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, nº 05, 1999, p. 87- 96.

DALL´ALBA, L. **Sexualidade e deficiência mental: concepção do professor**. 1992. 70f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

DENARI, Fátima Elisabeth. Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial: 10 anos de um sonho possível. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, nº 02, 2003, p.133- 140.

_____. Sexualidade e deficiência mental: reflexões sobre conceitos. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, nº 01, 2002, p. 9- 14.

FERENCZI, S. Thalassa. **Ensaio sobre la teoria de la genitalidad**. Madrid: Espasa-Calpe S. A., 1981. (original 1924).

FERREIRO, E. & TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FREITAS, M. R. **Concepção de profissionais sobre a importância de uma proposta de educação sexual para deficientes mentais**. 1996. 93f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

FREUD, S. **Obras completas**. 3ª ed. Madrid: Biblioteca Nueva, v. 3, 1983.

_____. **Tres ensayos para una teoria sexual**, v. 2, 1905, p. 1169- 1237.

_____ . **La ilustración sexual del niño**, v. 2, 1907, p. 1244- 1248.

GLAT, Rosana. A sexualidade da pessoa com deficiência mental. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, nº 01, 1992, p.65- 74.

GLAT, R.; FREITAS, R. C. **Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, vol. III).

GONZALEZ, G. M. F. **Teoría y análisis práctico de la integración**. Madrid: Editorial Escuela Española, 1993.

GUHUR, Maria de Lourdes Perieto. A representação da deficiência mental numa perspectiva histórica. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, nº 02, 1994, p.75- 83.

IDE, Sahda Marta. Alfabetização e deficiência mental. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, nº 01, 1992, p. 41- 49.

JAGSTADT, V. **A sexualidade e a criança**. São Paulo: Manole Ltda, 1987.

JANNUZZI, Gilberta S. M. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Cortez: Autores Associados, 1985.

_____. Oficina abrigada e a “integração” do “deficiente mental”. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, nº 01, 1992, p.51- 63.

JUNG, C. G. **Símbolos de transformación**. ed. rev. Buenos Aires: Paidós, 1953.

KASSAR, Mônica de C. M. Quando eu entrei na escola... memórias de passagens escolares. In: **Caderno CEDES**, nº 68, 2006, p. 1-11. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em 6 dez 2006.

KLEIN, M. Obras completas. 4 v. Buenos Aires: Paidós, 1989.

_____. **Análisis infantil**, v. 1, 1923, p. 88- 115.

_____. **Estádios tempranos del conflicto edípico**, v. 1, 1928, p. 193- 204.

_____. **Una contribución a la teoría de la inhibición intelectual**, v. 1, 1931, p. 241- 252.

LIPP, M. N. **Sexo para deficientes mentais: sexo e excepcional dependente e não-dependente**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1986.

LOCKE, J. **O Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.31-118 (Coleção “Os Pensadores”).

MANTOAN, Maria Tereza Égler. Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento. In: **Caderno CEDES**, nº 46, 1998, p. 1- 11. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em 6 dez 2006.

MELO, Marcos Ribeiro de; BERGO, Maria Stela de Araújo de A. A atuação do professor diante das manifestações da sexualidade nos alunos portadores de deficiência mental. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, nº 02, 2003, p. 227- 236.

NOHAMA, Josiane. **Homogeneização e segregação**: um estudo sobre a educação especial na década de 1930. 2002. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

NUNES, C.; SILVA, E. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. 1ªed. Campinas: Autores Associados, 2000.

O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular. Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores). 2ª ed. rev. e atualiz.. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

OMOTE, Sadao. Deficiência e não-deficiência: recortes do mesmo tecido. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, nº 02, 1994, p. 65-73.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo, Edusp, 1984.

_____. Sobre a gênese e a evolução histórica do conceito de deficiência mental. In: **Revista Brasileira de Deficiência Mental**, v. 167, nº 1, 1981, p. 54- 69.

PLATÃO. **A república**. 2ª ed.. São Paulo: Difel, 1973.

RANK, O. **El trauma del nacimiento**. Buenos Aires: Paidós, 1972. (original 1924).

RECHE, Cleonice Carolina. Adolescentes com deficiência mental: teorias sexuais. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, nº 03, 1995, p. 39- 52.

SACKS, Oliver. **O homem que confundiu sua mulher com um chapéu**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1997.

TUNES, Elizabeth; SOUZA, Jaci Augusta de; RANGEL, Roberta Bevilaqua. Identificando concepções relacionadas à prática com o deficiente mental. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, nº 04, 1996, p. 7- 18.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **Défectologie et déficience mentale.** Paris: Delachaux et Niestlé, 1994.

VYGOTSKY, L. S., LURIA, A. R., LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 1988.